

Nascentes do
Xingú Participações
e Administração
S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas | 3 |
| Balancos patrimoniais | 8 |
| Demonstrações de resultados | 9 |
| Demonstrações de resultados abrangentes | 10 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 11 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | 12 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 13 |



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e administradores da
Nascentes do Xingú Participações e Administração S. A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e



consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável das contas a receber - Individual e Consolidado

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 4(g) e 7, as controladas da Companhia revisam periodicamente suas posições de contas a receber com o objetivo de estimar a necessidade de constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável ("Provisão"). Os critérios e metodologias para determinação da provisão são documentados em políticas internas e exigem, por sua natureza, a utilização de julgamentos e premissas por parte das controladas, que incluem análises sobre fatores externos e condições econômicas gerais, e internos, tais como histórico de pagamentos do devedor e considerações sobre acordos financeiros. Considerando o volume de transações que compõem os saldos de contas a receber, bem como as características específicas de cada uma das concessões operacionalizadas pela Companhia e suas controladas, resulta na utilização de elevado grau de julgamento quanto ao nível de incerteza para a determinação da perda por redução ao valor recuperável. Em função do referido, e do impacto que eventuais alterações nas premissas utilizadas poderiam ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse tema um assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e a efetividade dos controles internos chave relacionados à identificação e registro das contas a receber. Avaliamos, por amostragem, a suficiência dos critérios, premissas e dados utilizados pelas controladas para determinar os níveis de inadimplência atentando para políticas de recebimento de créditos de difícil liquidação em comparação com dados históricos e recalculamos o saldo de provisão com base no prazo de atraso das contas a receber. Consideramos também a adequação das divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisionamento para redução ao valor recuperável das contas a receber e as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Gastos com ativo intangível - Individual e Consolidado

Conforme notas explicativas nº 1 e 12, as controladas da Companhia assumiram compromissos relevantes vinculados aos contratos de concessão com os respectivos Poderes Concedentes que possuem uma combinação entre expansão e manutenção das infraestruturas. O negócio em que as controladas estão inseridas, e a modelagem dos contratos de concessão com os Poderes Concedentes, requer que as controladas efetuem investimentos relevantes na infraestrutura de suas concessões, os quais são classificados como ativo intangível. Devido ao alto grau de julgamento exercido pelas controladas para definirem e alocarem os gastos qualificados como custos capitalizados do ativo intangível, quando ocorre o aumento da capacidade e melhoria da rede e ao fato de que qualquer alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos na classificação dos gastos poder impactar significativamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.



Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos chave relacionados aos investimentos com a concessão, incluindo os critérios para a determinação da classificação contábil dos custos qualificados para capitalização no ativo intangível, controles de conclusão dos projetos e do processo de determinação do início do registro da amortização. Com base em amostragem, para adições ocorridas durante o exercício, consideramos a adequação da classificação dos valores dos investimentos no ativo intangível e avaliamos a natureza desses investimentos. Adicionalmente, avaliamos o processo de transferência dos projetos em andamento para as contas definitivas para determinar o início do registro da amortização. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas sobre as suas políticas de capitalização e outras relacionadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis os saldos e as respectivas divulgações do ativo intangível no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6

Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

| Ativos | Nota | Controladora | | Consolidado | | Passivos | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------------------------------|------|----------------|----------------|----------------|----------------|--------------------------------------------------------|------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 | | | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 10 | 4 | 1.620 | 1.153 | Fornecedores e empreiteiros | 13 | 10 | 102 | 10.850 | 14.066 |
| Aplicações financeiras | 6 | 8.122 | 650 | 19.778 | 17.915 | Empréstimos e debêntures | 14 | 4.139 | 3.528 | 6.895 | 5.887 |
| Contas a receber de clientes | 7 | - | - | 16.236 | 12.626 | Obrigações trabalhistas e sociais | | 147 | - | 3.287 | 3.153 |
| Contas correntes a receber de partes relacionadas | 10 | 588 | 8.652 | 16.774 | 2.824 | Obrigações fiscais | | 85 | 77 | 1.094 | 878 |
| Estoques | | - | - | 740 | 706 | Imposto de renda e contribuição social | 22 | - | - | 329 | 22 |
| Impostos a recuperar | 8 | 221 | 201 | 358 | 973 | Parcelamentos de impostos | | - | - | 249 | 336 |
| Adiantamento a fornecedores | | 1 | 12 | 234 | 358 | Contas correntes a pagar para partes relacionadas | 10 | 113.110 | 50.104 | 131.549 | 86.427 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a receber | 9 | 779 | 2.400 | - | - | Instrumentos financeiros derivativos | 23 | - | - | 1.182 | 361 |
| Outros créditos | | - | 303 | 568 | 1.384 | Outras contas a pagar | 15 | - | - | 1.425 | 1.663 |
| Total do ativo circulante | | 9.721 | 12.222 | 56.308 | 37.939 | Total do passivo circulante | | 117.491 | 53.811 | 156.860 | 112.793 |
| Debêntures privadas | 10 | 205.752 | 135.557 | - | - | Empréstimos e debêntures | 14 | 151.769 | 149.617 | 172.292 | 170.787 |
| Contas a receber de clientes | 7 | - | - | 2.707 | 159 | Parcelamentos de impostos | | - | - | 1.431 | 1.835 |
| Impostos a recuperar | 8 | 7.482 | - | 7.482 | - | Provisão para contingências | 16 | - | - | 2.563 | 4.118 |
| Ativo fiscal diferido | 22 | - | - | 8.690 | 13.964 | Passivo fiscal diferido | 22 | 1.294 | 213 | 27.039 | 27.122 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 10 | 8.251 | 8.251 | - | - | Instrumentos financeiros derivativos | 23 | - | - | 1.102 | 3.679 |
| Depósitos judiciais | 16 | 6 | - | 8 | - | Provisão para perdas em investimentos | 11 | 1.904 | - | - | - |
| Outros créditos | | - | - | 2.131 | 2.232 | Outras contas a pagar | 15 | 1.557 | - | 4.434 | 2.641 |
| Total do realizável a longo prazo | | 221.491 | 143.808 | 21.018 | 16.355 | Total do passivo não circulante | | 156.524 | 149.830 | 208.861 | 210.182 |
| Investimentos | 11 | 106.829 | 106.471 | - | 82 | Patrimônio líquido | 17 | | | | |
| Imobilizado | | 3 | 4 | 186 | 202 | Capital social | | 60.002 | 52.002 | 60.002 | 52.002 |
| Intangível | 12 | - | - | 381.923 | 358.158 | Reserva de lucros | | 4.482 | 8.222 | 4.482 | 8.222 |
| Total do ativo não circulante | | 328.323 | 250.283 | 403.127 | 374.797 | Ajuste de avaliação patrimonial | | (455) | (1.360) | (455) | (1.360) |
| Total do ativo | | 338.044 | 262.505 | 459.435 | 412.736 | Patrimônio líquido atribuível aos controladores | | 64.029 | 58.864 | 64.029 | 58.864 |
| | | | | | | Participação de não controladores | | - | - | 29.685 | 30.897 |
| | | | | | | Total do patrimônio líquido | | 64.029 | 58.864 | 93.714 | 89.761 |
| | | | | | | Total do passivo | | 274.015 | 203.641 | 365.721 | 322.975 |
| | | | | | | Total do passivo e patrimônio líquido | | 338.044 | 262.505 | 459.435 | 412.736 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A.

Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

| | | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|-----------------------------------------------------------|------|---------------------|-----------------|--------------------|-----------------|
| | Nota | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Receita operacional líquida | 18 | - | - | 132.178 | 173.900 |
| Custos dos serviços prestados | 19 | - | - | (99.247) | (147.178) |
| Lucro bruto | | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>32.931</u> | <u>26.722</u> |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a receber | 20 | (3.321) | (1.221) | (16.419) | (9.565) |
| Outras receitas operacionais | | - | - | 30 | 99 |
| Outras despesas operacionais | | - | - | (2) | (20) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 11 | <u>3.385</u> | <u>10.239</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Resultado antes do resultado financeiro e impostos | | <u>64</u> | <u>9.018</u> | <u>16.540</u> | <u>17.236</u> |
| Receitas financeiras | 21 | 17.713 | 20.297 | 8.841 | 8.488 |
| Despesas financeiras | 21 | <u>(20.436)</u> | <u>(23.250)</u> | <u>(23.472)</u> | <u>(23.763)</u> |
| Resultado financeiro | | <u>(2.723)</u> | <u>(2.953)</u> | <u>(14.631)</u> | <u>(15.275)</u> |
| (Prejuízo) Lucro antes dos impostos | | <u>(2.659)</u> | <u>6.065</u> | <u>1.909</u> | <u>1.961</u> |
| Imposto de renda e contribuição social | 22 | (1.081) | (133) | (6.861) | 5.031 |
| (Prejuízo) Lucro líquido do exercício | | <u>(3.740)</u> | <u>5.932</u> | <u>(4.952)</u> | <u>6.992</u> |
| Resultado atribuído para: | | | | | |
| Acionistas controladores | | (3.740) | 5.932 | (3.740) | 5.932 |
| Acionistas não controladores | | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(1.212)</u> | <u>1.060</u> |
| (Prejuízo) Lucro líquido do exercício | | <u>(3.740)</u> | <u>5.932</u> | <u>(4.952)</u> | <u>6.992</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------------------------------|------|-----------------------|---------------------|-----------------------|---------------------|
| | | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| (Prejuízo) Lucro líquido do exercício | | <u>(3.740)</u> | <u>5.932</u> | <u>(4.952)</u> | <u>6.992</u> |
| Outros resultados abrangentes: | | | | | |
| Valor justo de derivativos | 23 | 1.371 | (2.061) | 1.371 | (2.061) |
| IR/CS sobre valor justo de derivativos | 23 | <u>(466)</u> | <u>701</u> | <u>(466)</u> | <u>701</u> |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a receber | | | | | |
| Resultado abrangente total | | <u><u>(2.835)</u></u> | <u><u>4.572</u></u> | <u><u>(4.047)</u></u> | <u><u>5.632</u></u> |
| Resultado abrangente atribuível aos: | | | | | |
| Acionistas controladores | | (2.835) | 4.572 | (2.835) | 4.572 |
| Acionistas não controladores | | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(1.212)</u> | <u>1.060</u> |
| Resultado abrangente total | | <u><u>(2.835)</u></u> | <u><u>4.572</u></u> | <u><u>(4.047)</u></u> | <u><u>5.632</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

| Nota | Atribuível aos acionistas controladores | | | | | Participação de acionistas não controladores | Total do patrimônio líquido |
|-----------------------------------------------------------|-----------------------------------------|-------------------------------|---------------------------------|----------------------|---------------|----------------------------------------------|-----------------------------|
| | Capital social subscrito | Reserva de retenção de lucros | Ajuste de avaliação patrimonial | Prejuízos acumulados | Total | | |
| Saldos em 1º de janeiro de 2016 | 52.002 | - | - | (7.158) | 44.844 | 39.285 | 84.129 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a receber | | | | | | | |
| Valor justo de derivativos | 23 | - | - | (1.360) | (1.360) | - | (1.360) |
| Diluição de participação societária | 17 a | - | 9.448 | - | 9.448 | (9.448) | - |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | 5.932 | 5.932 | 1.060 | 6.992 |
| Compensação de prejuízo com reservas | | - | (1.226) | - | 1.226 | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | <u>52.002</u> | <u>8.222</u> | <u>(1.360)</u> | <u>-</u> | <u>58.864</u> | <u>30.897</u> | <u>89.761</u> |
| Aumento de capital social | 17 a | 8.000 | - | - | 8.000 | - | 8.000 |
| Valor justo de derivativos | 23 | - | - | 905 | 905 | - | 905 |
| Prejuízo do exercício | | - | - | (3.740) | (3.740) | (1.212) | (4.952) |
| Compensação de prejuízo com reservas | | - | (3.740) | - | 3.740 | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | <u>60.002</u> | <u>4.482</u> | <u>(455)</u> | <u>-</u> | <u>64.029</u> | <u>29.685</u> | <u>93.714</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------------------------------------------|---------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | | | |
| (Prejuízo) Lucro antes dos impostos | 22 | (2.659) | 6.065 | 1.909 | 1.961 |
| Ajustes para: | | | | | |
| Amortização e depreciação | 19 e 20 | 1 | - | 20.852 | 18.943 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a receber | 12 | - | - | 23 | 11 |
| Juros sobre empréstimos e debêntures | 14 | 18.162 | 21.691 | 9.918 | 13.963 |
| Amortização e baixa do custo de captação | 14 | 1.215 | 292 | 3.145 | 665 |
| Variação cambial | 14 e 21 | - | - | 444 | (1.735) |
| Perda com instrumentos financeiros derivativos | 21 | - | - | 1.941 | 3.611 |
| Juros sobre aplicações financeiras | 21 | (17.702) | (20.295) | (3.467) | (3.340) |
| Ajuste a valor presente de clientes | 21 | - | - | 457 | 2 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 11 | (3.385) | (10.239) | - | - |
| Reversão de contingências | 16 e 20 | - | - | (570) | (5.125) |
| Atualização monetária das contingências | 16 | - | - | (655) | (502) |
| (Reversão) / Provisão para créditos de liquidação duv | 7 | - | - | (334) | 1.499 |
| Baixa de títulos do contas a receber | 7 | - | - | 779 | 1.883 |
| Provisão para bônus diretoria | 10 | 1.557 | - | 2.574 | - |
| | | (2.811) | (2.486) | 37.016 | 31.836 |
| Variações nos ativos e passivos | | | | | |
| (Aumento) / Diminuição dos ativos | | | | | |
| Contas a receber de clientes | | - | - | (8.617) | (3.734) |
| Estoques | | - | - | (34) | (8) |
| Impostos a recuperar | | (6.883) | (201) | (6.755) | (86) |
| Adiantamento a fornecedores | | 11 | (5) | 124 | 238 |
| Depósitos judiciais | | (6) | - | (8) | (80) |
| Outros créditos | | 303 | (282) | 917 | (362) |
| Aumento / (Diminuição) dos passivos | | | | | |
| Fornecedores e empreiteiros | | (92) | 102 | (3.216) | (4.194) |
| Obrigações trabalhistas e sociais | | 147 | - | 134 | 362 |
| Obrigações fiscais | | 8 | 4 | 216 | (70) |
| Parcelamentos de impostos | | - | - | (491) | 671 |
| Pagamento de contingências | 16 | - | - | (330) | (12) |
| Outras contas a pagar | | - | - | 538 | (1.495) |
| Juros pagos | 14 | (17.218) | (48.940) | (18.455) | (53.997) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | 22 | - | - | (1.257) | (2.002) |
| Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais | | (26.541) | (51.808) | (218) | (32.933) |
| Fluxo de caixa de atividades de investimento | | | | | |
| (Resgate) / Aplicações financeiras e debêntures | | (60.363) | 482 | 920 | 2.753 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas | | - | (8.251) | - | - |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos | | 7.236 | - | - | - |
| Aquisição de imobilizado | | - | (4) | (1) | (5) |
| Aquisição de intangível | 12 | - | - | (35.185) | (85.136) |
| Aporte de capital em controladas | | - | (13.123) | - | - |
| Resgate cotas de capital | | - | - | 82 | - |
| Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento | | (53.127) | (20.896) | (34.184) | (82.388) |
| Fluxo de caixa de atividades de financiamento | | | | | |
| Aumento de capital social | 17 | 8.000 | - | 8.000 | - |
| Empréstimos e debêntures captadas | 14 | 155.000 | 152.338 | 155.000 | 180.152 |
| Custo na captação de empréstimos e debêntures | 14 | (4.396) | (683) | (5.574) | (3.554) |
| Empréstimos e debêntures pagas | 14 | (150.000) | (100.472) | (151.403) | (117.103) |
| Conta corrente líquida - partes relacionadas | | 71.070 | 21.514 | 31.172 | 54.970 |
| Instrumentos financeiros derivativos pagos | | - | - | (2.326) | - |
| Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento | | 79.674 | 72.697 | 34.869 | 114.465 |
| Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa | | 6 | (7) | 467 | (856) |
| Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro | | 4 | 11 | 1.153 | 2.009 |
| Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro | 5 | 10 | 4 | 1.620 | 1.153 |
| Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa | | 6 | (7) | 467 | (856) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

0 - - - (0)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A. (“Companhia”) é uma ‘Holding’, constituída em 1º de dezembro de 2012 na forma de sociedade anônima de capital fechado com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, São Paulo - SP. Sua finalidade é a de administrar bens móveis ou imóveis próprios e a de participar em outras sociedades e atuar como holding do complexo Xingú que conta com 17 empresas que prestam serviços de fornecimento de água e tratamento dos esgotos nos municípios de Sorriso, Poconé, Primavera do Leste, Campo Verde, Marcelândia, Vera, União do Sul, São José do Rio Claro, Santa Carmem, Nortelândia, Pedra Preta, Jangada, Peixoto de Azevedo, Carlinda, Claudia, Jauru e Barra do Garças, todas no Estado do Mato Grosso.

Os contratos e seus aditivos das companhias consolidadas na Nascentes do Xingú, preveem valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da Concessão em R\$ 184.618.

Os principais compromissos assumidos entre junho de 2000 e abril de 2045 pelas companhias consolidadas na Nascentes do Xingú, de acordo com os Contratos de Concessão e seus aditivos são: (i) manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) atingir níveis de atendimento dos serviços prestados de esgotamento sanitário de 50% a 100% da população entre 2014 e 2052, de acordo com cada município.

Conforme demonstrado no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o passivo circulante supera o ativo circulante da controladora em R\$ 100.288 e do consolidado em R\$ 93.070, basicamente em virtude de contas correntes a pagar para partes relacionadas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10. A Companhia possui suporte financeiro da controladora direta Aegea Saneamento e Participações S.A., caso necessite de um eventual aporte financeiro para honrar com suas obrigações.

2 Entidades do grupo

A tabela abaixo apresenta as participações da Companhia e suas controladas:

| Controladas | Objeto social | Contrato de concessão ou edital nº | Data de término da concessão | % de Participação | | | |
|--------------------------------------------------|---------------|------------------------------------|------------------------------|-------------------|----------|--------|----------|
| | | | | 2017 | | 2016 | |
| | | | | Direta | Indireta | Direta | Indireta |
| Águas de Barra do Garças Ltda. | (a) | 090/2003 | 09/2033 | 99,99% | - | 99,99% | - |
| Águas de Sorriso S.A. | (a) | 001/2000 | 06/2030 | 76,86% | - | 76,86% | - |
| Águas de Poconé S.A. | (b) | 146/2008 | 06/2024 | 51,00% | - | 51,00% | - |
| Águas de Primavera S.A. | (a) | 001/05/2000 | 08/2030 | 51,16% | - | 51,16% | - |
| Águas de Campo Verde S.A. | (a) | 01/2001 | 11/2031 | 78,92% | - | 78,92% | - |
| Águas de Marcelândia S.A. | (a) | 001/2003 | 06/2033 | 51,00% | - | 51,00% | - |
| Águas de Vera S.A. | (a) | 001/2003 | 04/2041 | 51,00% | - | 51,00% | - |
| Águas de União do Sul S.A. | (a) | 001/2000 | 08/2030 | 51,00% | - | 51,00% | - |
| Águas de São José S.A. | (a) | 01/2008 | 03/2038 | 51,00% | - | 51,00% | - |
| Águas de Santa Carmem S.A. | (a) | 001/2001 | 11/2031 | 51,00% | - | 51,00% | - |
| Águas de Nortelândia S.A. | (a) | 001/2002 | 01/2052 | 51,00% | - | 51,00% | - |
| Saneamento Básico de Pedra Preta S.A. | (a) | 098/2003 | 12/2032 | 83,85% | - | 83,85% | - |
| Saneamento Básico de Jangada S.A. | (a) | 031/2004 | 06/2034 | 51,00% | - | 51,00% | - |
| APA - Águas de Peixoto de Azevedo S.A. | (a) | 001/1998 | 08/2030 | 51,00% | - | 51,00% | - |
| Águas de Carlinda S.A. | (a) | 001/04 | 01/2034 | 51,00% | - | 51,00% | - |
| Águas de Cláudia S.A. | (a) | 033/2004 | 03/2034 | 51,00% | - | 51,00% | - |
| Águas de Jauru Abastecimento e Distribuição S.A. | (a) | 013/2012 | 01/2042 | 51,00% | - | 51,00% | - |
| AGSN Engenharia Ltda. | (c) | - | - | 0,01% | - | - | - |
| Sonel Engenharia S.A. | (d) | - | - | 0,01% | - | - | - |

- (a) Concessão de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
- (b) Concessão de serviços públicos de abastecimento de água.
- (c) (i) construção de rede de água e esgoto; (ii) elaboração e supervisão de projetos; (iii) execução e supervisão de obras e serviços de engenharia; (iv) serviço de transporte de materiais; (v) serviços de demolições de edifício e outras estruturas; (vi) gerenciamento de obras públicas e privadas; (vii) locação de equipamentos de construção civil; (viii) serviços de consultoria, assessoria, gerenciamento e intermediação, empresarial, comercial e negócios; (ix) participação em outras sociedades; (x) serviços de apoio operacional; (xi) assessoria em engenharia ambiental; (xii) execução de projetos sócio ambientais; (xiii) elaboração de estudos hidrológicos e geológicos; (xiv) perfuração e construção de poços de água.
- (d) Indústria da construção civil, saneamento, instalações elétricas e hidráulicas em geral, obras industriais, rodoviárias e incorporação e comércio de imóveis.

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas foram preparadas acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 19 de março de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis a Companhia e suas controladas são os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 7 - reconhecimento e mensuração de provisões para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa nº 12 - definição de vida útil do ativo intangível;
- Nota explicativa nº 16 - reconhecimento e mensuração de provisão para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa nº 18 - reconhecimento de receita; e
- Nota explicativa nº 22 b.- reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as informações contábeis das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

Para cada combinação de negócios, a Companhia elege mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida, utilizando um dos seguintes critérios:

- Pelo valor justo; ou
- Pela participação proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida, que geralmente são pelo valor justo.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações com acionistas em sua capacidade de acionistas.

Ajustes à participação de não-controladores são baseados em um montante proporcional dos ativos líquidos da subsidiária.

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre empresas, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Receita operacional

(i) Contratos de concessão de serviços

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada no IFRIC 12 e na Interpretação Técnica nº 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico nº 17 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Construção.

Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

(ii) Serviços de abastecimento de água e esgoto

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário é reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

(iii) Outros serviços indiretos de água e esgoto

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviços de ligação de esgoto, instalações de hidrômetros e ligação e religação de água é reconhecida no período no qual os serviços são prestados pelas controladas.

c. Instrumentos financeiros

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação, que é a data na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mantidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas pela Companhia e suas controladas na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - reconhecimento, baixa e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) **Instrumentos financeiros derivativos**

A controlada direta Águas de Barra do Garças Ltda. mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger sua exposição ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros.

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Hedges de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O valor acumulado mantido em ajustes de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado no mesmo período em que o item objeto do *hedge* afeta o resultado.

Caso (i) a ocorrência da transação prevista não seja esperada, (ii) o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, (iii) o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

d. Capital social - Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

e. Estoques

Os estoques de material e de consumo são mensurados pelo custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

f. Ativos intangíveis

A Companhia e suas controladas têm os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados;
- Direito de exploração de infraestrutura - veja item “o”

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada;

- Intangível em andamento.

São custos diretamente atribuíveis a construção da infraestrutura que incluem gastos com material, mão de obra direta e juros capitalizados dos empréstimos e debêntures.

g. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; e ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

O valor recuperável de um ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

j. Provisão de manutenção - Contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia e suas controladas define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia e suas controladas até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2017 com relação a este assunto.

k. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

1. Benefícios a empregados

(i) *Benefício de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) *Benefício pós-emprego - Planos de saúde*

A Companhia e suas controladas oferecem a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia e suas controladas são co-patrocinadoras do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia e suas controladas são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

m. **Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multa recebidos ou auferidos e variações cambiais ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre empréstimos e debêntures, impostos sobre receitas financeiras e variações cambiais passivas. Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

n. **Imposto de renda e contribuição social**

A companhia e suas controladas tem o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) *Imposto corrente*

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, à taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da contribuição social e as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas Leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(iii) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia e suas controladas levam em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das Leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia e suas controladas a mudarem o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

o. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

Em consideração à orientação contida nos itens 12 a 14 da OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Companhia e suas controladas adotam a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo, caso aplicável, dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório.

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso das controladas não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. As controladas estimaram que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

p. Capitalização dos custos dos empréstimos e debêntures

Os custos dos empréstimos e debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

q. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia e suas controladas não planejam adotar estas normas de forma antecipada.

| Pronunciamento | Descrição | Vigência |
|-------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|
| CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros | Refere-se ao projeto de substituição do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. | Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. |
| CPC 47 / IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes | Refere-se à convergência do IASB (" <i>International Accounting Standards Board</i> "), sobre o reconhecimento de receita. | Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. |
| CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil | Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial. | Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. |

Impactos esperados na adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:

A Administração da Companhia realizou uma avaliação e identificou que a aplicação do CPC 48 / IFRS 9 nas demonstrações financeiras nas datas exigidas, de forma geral, não geram efeitos relevantes sobre os saldos reportados. A aplicação da referida norma na Companhia não impacta o critério de mensuração atual.

(i) Classificação de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 traz uma nova abordagem na classificação e mensuração de ativos financeiros, a qual considera tanto o modelo de negócios da entidade para o gerenciamento do ativo financeiro quanto as suas características dos fluxos de caixa contratuais.

A norma classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (CA);
- ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR), eliminando as categorias propostas pelo CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação preliminar, a Companhia considera que os novos requerimentos de classificação, se fossem aplicados em 31 de dezembro de 2017, não teriam um impacto na contabilização para 2018, desta forma continuaria como VJR e custo amortizado.

(ii) Classificação de passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 mantém grande parte dos requerimentos do CPC 38 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com o CPC 38, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro é apresentado em outros resultados abrangentes (ORA); e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A Companhia não designou ou pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Companhia não indicou qualquer impacto material na classificação dos passivos financeiros para 2018.

(iii) Contabilidade de Hedge

Na aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, a Companhia pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de *hedge* do CPC 38 em vez dos novos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9, sendo este o plano atual da Companhia.

(iv) Redução no valor recuperável (Impairment)

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 pelo de “perdas de crédito esperadas”, o qual se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

Sob a nova norma, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses: perdas de crédito resultantes de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório. É aplicada se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial; e

- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: perdas de crédito resultantes de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. É aplicada se o risco de crédito de um ativo financeiro na data de relatório tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

A Companhia pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data de relatório.

Entretanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo. Uma Companhia pode optar por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo.

Dentro da abordagem de perda esperada, dois modelos são propostos, o primeiro, um modelo mais robusto e complexo, probabilístico, denominado modelo de 3 estágios, voltado precipuamente a instituições financeiras, segundo o qual a deterioração creditícia do emissor do ativo vai calibrando o montante das perdas esperadas, promovendo com isso um alisamento de resultado. E outro modelo mais simples, que utiliza expediente práticos para mensurar a perda esperada, por exemplo, especificar taxas de provisão fixas dependendo do número de dias que a conta a receber de cliente está vencida, a qual optamos conforme o CPC 48 / IFRS 9.

Na avaliação preliminar da Companhia e suas controladas, que adotou a abordagem simplificada para mensurar a perda esperada, a aplicação dos requerimentos de perda por redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 a serem registrados e divulgados durante o exercício de 2018, resultará, em relação à perda por redução ao valor recuperável reconhecida de acordo com o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, um acréscimo no patrimônio líquido consolidado, na conta de lucros acumulados em torno de R\$ 750 e no contas a receber consolidado um acréscimo em torno de R\$ 730, conforme orienta o respectivo normativo.

A Companhia não finalizou o teste de adequação dos seus sistemas e revisão de seus controles internos e as novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

Impactos esperados na adoção do CPC 47 / IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes:

O CPC 47 / IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar quando uma receita deve ser reconhecida e mensurada. O CPC 47 / IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas, CPC 17 Contratos de Construção e o CPC 30 Interpretação A - Programas de Fidelidade com o Cliente.

Com base em nossa avaliação, a Companhia não espera que a aplicação do CPC 47 / IFRS 15 tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói ou melhora a infraestrutura (serviços de construção ou de melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

A natureza da remuneração paga pelo concedente ao concessionário deve ser determinada de acordo com os termos do contrato, seja por operação e/ou construção. Essa remuneração pode corresponder aos seguintes direitos:

- **Prestação de Serviços**

O concessionário deve reconhecer um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa, porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

A receita de operação ou serviço é reconhecida no período no qual os serviços são prestados e quando ocorre a prestação de mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

- **Serviços de construção ou de melhoria**

O concessionário deve reconhecer um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa, porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

Quando o resultado de um contrato de construção pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no ativo intangível na medida que ocorre a transferência contínua dos riscos e benefícios significativos, medidos na proporção do estágio de conclusão do contrato e/ou na medida que os custos são incorridos, diretamente relacionados aos respectivos ativos formados.

Impactos esperados na adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil:

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a CPC 47 / IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial deste. O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Administração da Companhia realizou uma avaliação e identificou que a aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS 16 nas demonstrações financeiras nas datas exigidas, de forma geral, não geram efeitos relevantes sobre os saldos reportados.

r. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

5 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------|---------------------|-------------|--------------------|--------------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Caixa | - | - | 17 | 5 |
| Bancos conta movimento | 10 | 4 | 1.603 | 1.148 |
| | <u>10</u> | <u>4</u> | <u>1.620</u> | <u>1.153</u> |

Os saldos de caixa e bancos conta movimento compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, respectivamente.

6 Aplicações financeiras

| Modalidade | Taxa de juros média a.a. % | Vencimento | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------|--------------------------------------|------------------------------|---------------------|-------------|--------------------|---------------|
| | | | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Aplicações pós fixadas | 65% a 102% do CDI | janeiro/2018 a dezembro/2025 | 8.005 | - | 13.177 | 223 |
| Fundo de Investimento Safira | 97,47% a 127,92% do CDI | Indeterminado | 117 | 650 | 6.601 | 17.692 |
| | | | <u>8.122</u> | <u>650</u> | <u>19.778</u> | <u>17.915</u> |

As aplicações financeiras pós-fixadas apresentadas no ativo circulante, referente a operações compromissadas, embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração já apropriada.

As cotas adquiridas do Safira Fundo de Investimento, gerido pelo *BTG Pactual Asset Management DTVM S.A.* ("Banco BTG"), correspondem a aplicações em um fundo não restrito de investimentos, não exclusivo, multimercado de crédito privado, devidamente registrado junto a CVM. As cotas são resgatáveis a qualquer prazo conforme as necessidades de liquidez da Companhia e suas controladas. A carteira do fundo é composta por Certificados de Depósito Bancário ("CDB"), Operações Compromissadas, Letras Financeiras, Títulos do Tesouro e outros fundos conforme previsto em sua política de investimentos.

As receitas de juros sobre aplicações financeiras são consideradas nas demonstrações dos fluxos de caixa como atividade operacional. Os resgates das aplicações financeiras e suas captações são consideradas nas demonstrações dos fluxos de caixa nas atividades de investimento.

Movimentação das aplicações financeiras:

| | Controladora | Consolidado |
|----------------------------------------|---------------------|--------------------|
| Saldo de 31 de dezembro de 2016 | 650 | 17.915 |
| Aplicação | 282.165 | 336.940 |
| (-) Resgate de principal | (274.698) | (334.611) |
| (-) Resgate de juros | (1.372) | (2.842) |
| Incidência de IR | (398) | (684) |
| Incidência de IOF | (363) | (407) |
| Juros no exercício | 2.138 | 3.467 |
| Saldo de 31 de dezembro de 2017 | 8.122 | 19.778 |

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros.

7 Contas a receber de clientes

| | Consolidado | |
|--------------------------------------------------|--------------------|---------------|
| | 2017 | 2016 |
| Faturamento de serviços de água e esgoto | 17.773 | 12.448 |
| Receita a faturar de serviços de água e esgoto | 4.139 | 3.640 |
| (-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa | (2.969) | (3.303) |
| | 18.943 | 12.785 |
| | | |
| Circulante | 16.236 | 12.626 |
| Não circulante | 2.707 | 159 |

O vencimento das contas a receber do faturamento de serviços de água e esgoto em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está assim representado:

| | Consolidado | | | | Total em |
|-----------------------------|------------------------|-------------------------------|-----------------|--------------|-----------------|
| | Saldos a vencer | Saldos vencidos - 2017 | | Total | |
| | | Até | Acima de | | |
| Classe de consumidor | | 180 dias | 180 dias | | 2017 |
| Residencial | 4.736 | 4.691 | 155 | 4.846 | 9.582 |
| Comercial | 584 | 771 | - | 771 | 1.355 |
| Industrial | 18 | 35 | - | 35 | 53 |
| Setor público | 472 | 704 | 22 | 726 | 1.198 |
| Subtotal consumidores | 5.810 | 6.201 | 177 | 6.378 | 12.188 |
| Renegociações (i) | 4.913 | 672 | - | 672 | 5.585 |
| | 10.723 | 6.873 | 177 | 7.050 | 17.773 |

| | Consolidado | | | | Total em |
|-----------------------------|------------------------|-------------------------------|-----------------|--------------|-----------------|
| | Saldos a vencer | Saldos vencidos - 2016 | | Total | |
| | | Até | Acima de | | |
| Classe de consumidor | | 180 dias | 180 dias | | 2016 |
| Residencial | 3.570 | 3.485 | 155 | 3.640 | 7.210 |
| Comercial | 395 | 851 | 427 | 1.278 | 1.673 |
| Industrial | 10 | 59 | - | 59 | 69 |
| Setor público | 328 | 998 | 211 | 1.209 | 1.537 |
| Subtotal consumidores | 4.303 | 5.393 | 793 | 6.186 | 10.489 |
| Renegociações (i) | 1.519 | 440 | - | 440 | 1.959 |
| | 5.822 | 5.833 | 793 | 6.626 | 12.448 |

- (i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2017 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 503 (R\$ 46 em 31 de dezembro de 2016) calculados individualmente para cada fatura com base na taxa de 4,84% a.a. Em 31 de dezembro de 2017, foram registrados no resultado do exercício o montante de R\$ 457 de ajuste a valor presente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise dos valores vencidos e o montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes.

Segue abaixo detalhamento da provisão para crédito de liquidação duvidosa por classe de consumidor:

| Classe de consumidor | Consolidado | | | | Total em 2017 |
|----------------------|--------------------|-------------------------------|-------------------|----------------|----------------|
| | Saldos a vencer | Saldos vencidos - 2017 | | Total | |
| | | Até 180 dias | Acima de 180 dias | | |
| Residencial | (401) | (926) | (155) | (1.081) | (1.479) |
| Comercial | (101) | (299) | - | (299) | (401) |
| Industrial | (6) | (14) | - | (14) | (20) |
| Setor público | (174) | (411) | (22) | (433) | (609) |
| Renegociações | (315) | (145) | - | (145) | (460) |
| | <u>(997)</u> | <u>(1.795)</u> | <u>(177)</u> | <u>(1.972)</u> | <u>(2.969)</u> |

| Classe de consumidor | Consolidado | | | | Total em 2016 |
|----------------------|--------------------|-------------------------------|-------------------|----------------|----------------|
| | Saldos a vencer | Saldos vencidos - 2016 | | Total | |
| | | Até 180 dias | Acima de 180 dias | | |
| Residencial | (166) | (520) | (155) | (675) | (841) |
| Comercial | (61) | (332) | (427) | (759) | (820) |
| Industrial | (5) | (49) | - | (49) | (54) |
| Setor público | (247) | (981) | (211) | (1.192) | (1.439) |
| Renegociações | (116) | (33) | - | (33) | (149) |
| | <u>(595)</u> | <u>(1.915)</u> | <u>(793)</u> | <u>(2.708)</u> | <u>(3.303)</u> |

A provisão para créditos de liquidação duvidosa tem a seguinte movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

| Natureza | Consolidado | | | |
|---------------|--------------------|-------------------------|-------------------------|----------------|
| | Saldo em 2016 | (Adições)/ Reversões | (-) Baixa de títulos | Saldo em 2017 |
| Correntes | (3.154) | 645 | - | (2.509) |
| Renegociações | (149) | (311) | - | (460) |
| | <u>(3.303)</u> | <u>334</u> | <u>-</u> | <u>(2.969)</u> |

| Natureza | Consolidado | | | |
|---------------|--------------------|-------------------------|-------------------------|----------------|
| | Saldo em 2015 | (Adições)/ Reversões | (-) Baixa de títulos | Saldo em 2016 |
| Correntes | (2.816) | (1.504) | 1.166 | (3.154) |
| Renegociações | (154) | 5 | - | (149) |
| | <u>(2.970)</u> | <u>(1.499)</u> | <u>1.166</u> | <u>(3.303)</u> |

A Administração das controladas tem adotado uma série de medidas visando identificar as causas de inadimplência e vem implementando diversas ações com o intuito de reduzi-la. Entre essas medidas estão o parcelamento de débitos e a manutenção de um programa de cortes permanente.

Em 31 de dezembro de 2017, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de contas a receber corrente e parcelado em atraso acima de 180 dias que indicam que os clientes não devem pagar seus saldos pendentes.

A Administração também constitui provisão complementar para contas a receber corrente e renegociações a vencer e vencidos há menos de 180 dias proveniente de clientes que possuem fatura (s) inserida (s) na provisão para perda de crédito de liquidação duvidosa.

A Administração das controladas trata os títulos a receber vencidos há mais de 180 dias, de valores individuais abaixo de R\$ 5 e os inadimplidos a partir de 08 de outubro de 2014 de valores até R\$ 15, nos registros contábeis como perda efetiva utilizando o mesmo critério do tratamento fiscal conforme Leis 9.430/96 e 13.097/15, sem prejuízo da manutenção da cobrança dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2017 as controladas efetuaram a baixa efetiva dos títulos das contas a receber no valor de R\$ 0 (R\$ 1.166 em 2016), tendo como contrapartida a provisão para crédito de liquidação duvidosa, ambas as contas do ativo circulante e não circulante, não tendo efeito no resultado do exercício.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, foram baixados títulos diretamente ao resultado do exercício no montante de R\$ 779 (R\$ 1.883 em 31 de dezembro de 2016).

8 Impostos a recuperar

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------------------------------|---------------------|-------------|--------------------|-------------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| PIS - Programa de integração social | - | - | 10 | - |
| COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social | - | - | 44 | - |
| Tributos pagos a maior | - | - | 2 | 29 |
| IRRF - Imposto de renda retido na fonte | 7.703 | 201 | 7.762 | 863 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | - | - | 22 | 81 |
| | 7.703 | 201 | 7.840 | 973 |
| | | | | |
| Circulante | 221 | 201 | 358 | 973 |
| Não circulante | 7.482 | - | 7.482 | - |

9 Dividendos e juros sobre capital próprio a receber

| | Controladora | |
|--------------------------------|---------------------|--------------|
| | 2017 | 2016 |
| Águas de Barra do Garças Ltda. | 779 | 2.400 |
| | 779 | 2.400 |

10 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal chave da administração

Em 31 de dezembro de 2017, a remuneração do pessoal chave da Administração, que contempla a Diretoria totalizou na controladora R\$ 1.108 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2016) e no consolidado R\$ 2.078 (R\$ 3.768 em 31 de dezembro de 2016) registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

Em Reunião de Diretoria realizada em 15 de dezembro de 2017, foi aprovado a constituição de provisão para pagamento adicional de prêmio extraordinário aos diretores e a alta gerência da controladora no montante de R\$ 1.557 e consolidado no montante de R\$ 2.574 a ser realizado a partir de 2019, relativo à performance da Companhia e suas controladas auferida nos últimos exercícios sociais, reconhecido na rubrica outras contas a pagar não circulante.

A Companhia não possui outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Controladora

A controladora final da Companhia é a Greq Participação e Administração Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A., que detêm totalidade das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

As principais operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------------------------------|---------------------|----------------|--------------------|--------------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Ativo circulante | | | | |
| Outros créditos a receber de partes relacionadas | | | | |
| Águas de Ariquemes Saneamento SPE Ltda. (a) | - | - | 37 | - |
| Águas de Buritís Saneamento S. A (a) | - | - | 2 | 2 |
| Águas de Confresa S.A. (a) | - | - | 11 | 13 |
| Águas de Diamantino S.A. (a) | - | - | 15 | 18 |
| Águas de Guarantã Ltda. (a) | - | - | 21 | 25 |
| Águas de Matupá Ltda. (a) | - | - | 12 | 14 |
| Águas de Novo Progresso - Tratamento e Distribuição Ltda. (a) | - | - | 12 | 15 |
| Águas de Paranatinga Ltda. (a) | - | - | 14 | 17 |
| Águas de Pimenta Bueno Saneamento SPE Ltda. (a) | - | - | 27 | 35 |
| Águas de Porto Esperidião Saneamento e Distribuição Ltda. (a) | - | - | 4 | 5 |
| Águas de Rolim de Moura Saneamento SPE Ltda. (a) | - | - | 25 | - |
| Águas de Sinop S.A. (a) | - | - | 124 | 140 |
| | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>304</u> | <u>284</u> |
| Contas correntes a receber de partes relacionadas | | | | |
| Águas de Campo Verde S.A. (c) | - | 430 | - | - |
| Águas de Confresa S.A. (c) | - | - | - | 46 |
| Águas de Guarantã Ltda. (c) | - | - | - | 42 |
| Águas de Jauru Abastecimento e Distribuição S.A. (c) | 72 | 121 | - | - |
| Águas de Novo Progresso - Tratamento e Distribuição Ltda. (c) | - | - | 246 | 246 |
| Águas de Paranatinga Ltda. (c) | - | - | 2.800 | 343 |
| Águas de Porto Esperidião Saneamento e Distribuição Ltda. (c) | - | - | 1.457 | 2.052 |
| Águas de Primavera S.A. (c) | - | 167 | - | - |
| Águas de São José S.A. (c) | 145 | - | - | - |
| Águas de Vera S. A (c) | - | 24 | - | - |
| APA - Águas de Peixoto de Azevedo S. A (c) | 226 | 1.060 | - | - |
| Nascentes do Xingú Investimentos S.A. (c) | - | - | 12.271 | 95 |
| Saneamento Básico de Jangada S.A. (c) | 145 | - | - | - |
| Saneamento Básico de Pedra Preta S. A (c) | - | 6.850 | - | - |
| | <u>588</u> | <u>8.652</u> | <u>16.774</u> | <u>2.824</u> |
| Adiantamento a fornecedores | | | | |
| Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (Consórcio Ibura) (a) | - | - | 111 | - |
| Instituto Equipav. (a) | - | - | - | 40 |
| | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>111</u> | <u>40</u> |
| Debêntures privadas | | | | |
| Águas de Campo Verde S.A. (d) | 33.922 | 19.910 | - | - |
| Águas de Cláudia S.A. (d) | 3.485 | 3.555 | - | - |
| Águas de Jauru Abastecimento e Distribuição S.A. (d) | 1.769 | 1.572 | - | - |
| Águas de Marcelândia S.A. (d) | 2.773 | 4.844 | - | - |
| Águas de Nortelândia S.A. (d) | 904 | 804 | - | - |
| Águas de Poconé S.A. (d) | 3.388 | 3.011 | - | - |
| Águas de Primavera S.A. (d) | 33.922 | 27.292 | - | - |
| Águas de São José S.A. (d) | 921 | 1.871 | - | - |
| Águas de Sorriso S.A. (d) | 86.679 | 46.753 | - | - |
| Águas de Vera S.A. (d) | 2.058 | 2.837 | - | - |
| APA - Águas de Peixoto de Azevedo S.A. (d) | 18.619 | 17.188 | - | - |
| Saneamento Básico de Jangada S.A. (d) | 705 | 901 | - | - |
| Saneamento Básico de Pedra Preta S.A. (d) | 16.607 | 5.019 | - | - |
| | <u>205.752</u> | <u>135.557</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | | | | |
| Águas de Campo Verde S. A | 567 | 567 | - | - |
| Águas de Primavera S. A | 31 | 31 | - | - |
| Águas de Sorriso S. A | 5.796 | 5.796 | - | - |
| Saneamento Básico Pedra de Pedra Preta S.A | 1.857 | 1.857 | - | - |

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------------------------------------------|---------------------|----------------|--------------------|---------------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| | 8.251 | 8.251 | - | - |
| Ativo não circulante | | | | |
| Aquisições de ativo intangível no exercício | | | | |
| Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (a) | - | - | - | 372 |
| Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (Consórcio Iburá) (a) | - | - | 2.043 | 3.055 |
| GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (a) | - | - | 730 | - |
| LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a) | - | - | - | 103 |
| Minerpav Mineradora Leverger Ltda. (a) | - | - | - | 21 |
| | - | - | 2.773 | 3.551 |
| | <u>214.591</u> | <u>152.460</u> | <u>19.962</u> | <u>6.699</u> |
| Passivo circulante | | | | |
| Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 12) | | | | |
| Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (a) | - | - | - | 37 |
| Aegea Saneamento e Participações S.A. (b) | - | 32 | 576 | 773 |
| GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (a) | - | - | 596 | 48 |
| Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (Consórcio Iburá) (a) | - | - | 290 | 383 |
| LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a) | 4 | - | 90 | 92 |
| | <u>4</u> | <u>32</u> | <u>1.552</u> | <u>1.333</u> |
| Contas correntes a pagar para partes relacionadas | | | | |
| Aegea Saneamento e Participações S.A. (c) | 112.089 | 50.104 | 131.549 | 86.404 |
| Águas de Claudia S.A. (c) | 75 | - | - | - |
| Águas de Confresa S.A. (c) | - | - | - | 2 |
| Águas de Marcelândia S.A. (c) | 295 | - | - | - |
| Águas de Matupá S. A (c) | - | - | - | 21 |
| Águas de Primavera S.A. (c) | 87 | - | - | - |
| Águas de Sorriso S.A. (c) | 423 | - | - | - |
| Águas de Vera S.A. (c) | 141 | - | - | - |
| | <u>113.110</u> | <u>50.104</u> | <u>131.549</u> | <u>86.427</u> |
| | <u>113.114</u> | <u>50.136</u> | <u>133.101</u> | <u>87.760</u> |
| Resultado do exercício | | | | |
| Custos dos serviços prestados | | | | |
| LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a) | - | - | 775 | 422 |
| Minerpav Mineradora Leverger Ltda. (a) | - | - | - | 2 |
| | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>775</u> | <u>424</u> |
| Despesas de vendas, administrativas e gerais | | | | |
| Aegea Saneamento e Participações S.A. (a) | - | - | 7.574 | 6.561 |
| GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (a) | - | - | 644 | 495 |
| LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a) | 11 | - | 175 | 154 |
| Instituto Equipav. (a) | - | - | - | 40 |
| | <u>11</u> | <u>-</u> | <u>8.393</u> | <u>7.250</u> |

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------------------------------|---------------------|---------------|--------------------|-------------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Receitas financeiras | | | | |
| Águas de Cláudia S. A (d) | 430 | 503 | - | - |
| Saneamento Básico de Jangada S. A (d) | 104 | 127 | - | - |
| Águas de Jaurú Abastecimento e Distribuição S. A (d) | 197 | 222 | - | - |
| Águas de Marcelândia S. A (d) | 528 | 685 | - | - |
| Águas de Nortelândia S. A (d) | 101 | 114 | - | - |
| Saneamento Básico de Pedra Preta S. A (d) | 665 | 710 | - | - |
| APA - Agua de Peixoto de Azevedo S. A (d) | 2.131 | 2.430 | - | - |
| Águas de Poconé S. A (d) | 377 | 426 | - | - |
| Águas de Primavera S. A (d) | 2.916 | 3.858 | - | - |
| Águas de São José S. A (d) | 200 | 265 | - | - |
| Águas de Sorriso S. A (d) | 5.352 | 6.609 | - | - |
| Águas de Vera S. A (d) | 322 | 401 | - | - |
| Águas de Campo Verde S. A (d) | 2.241 | 2.815 | - | - |
| | <u>15.564</u> | <u>15.565</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |

- (a) Refere-se a contratação de serviços associada a obras de ampliação de rede de distribuição de água e rede de tratamento de esgoto prestado pelo Consórcio Ibura (composto por 51% pela consorciada Aegea Engenharia e Comércio Ltda. e 49% pela consorciada Kullinan Engenharia e Construção Ltda.), serviços de implementação e manutenção software prestado pela GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda., serviços de locação de veículos prestados pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. e as demais empresas refere-se a repasse de gastos administrativos e operacionais.
- (b) Refere-se a serviços administrativos prestados pelo centro de serviços compartilhados (“CAA” - Centro Administrativo AEGEA) situado na cidade de Santa Bárbara d’Oeste, no Estado de São Paulo. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, fiscal/auditoria fiscal, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita e tecnologia da informação.
- (c) Os valores referentes a essas transações estão mantidos nos ativos e passivos circulantes e não circulantes, e referem-se a movimentações financeiras para suprimento de caixa, sem prazo de vencimento e atualização.
- (d) Os valores se referem a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, para distribuição privada sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, emitidas pelas controladas, com a finalidade de investimento em infraestrutura e capital de giro, a uma taxa de juros CDI + 2,40% a.a. e IPCA, com prazo de vencimento em 01 de agosto de 2019 e 01 de outubro de 2024.

11 Investimentos e provisão para perda em investimentos

a. Composição dos saldos

| | Controladora | |
|--------------------------------------|---------------------|----------------|
| | 2017 | 2016 |
| Investimentos | <u>106.829</u> | <u>106.471</u> |
| | <u>106.829</u> | <u>106.471</u> |
| Provisão para perda em investimentos | <u>(1.904)</u> | <u>-</u> |
| | <u>(1.904)</u> | <u>-</u> |

b. Composição e movimentação dos investimentos e provisão para perda em investimentos

| | Capital Social | Quantidade de ações ordinárias | Participação | Total do ativo das controladas | Total do passivo das controladas | Resultado das controladas | Patrimônio líquido de investidas em 31 de dezembro de 2017 | Investimentos | Outras combinações de negócios | Atualização das contingências da combinação de negócios (i) | Valor do investimento em 31 de dezembro de 2017 | |
|--------------------------------------------------|----------------|--------------------------------|--------------|--------------------------------|----------------------------------|---------------------------|------------------------------------------------------------|---------------|--------------------------------|-------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| Água de Barra do Garças Ltda. | 5.745 | - | 99,99% | 44.967 | (31.530) | 4.806 | 13.437 | 13.436 | 9.000 | (1.128) | 21.308 | |
| Águas de Campo Verde S.A. | 8.994 | 8.994.482 | 78,92% | 55.971 | (42.533) | (674) | 13.438 | 10.605 | 10.962 | (149) | 21.418 | |
| Águas de Carlinda S.A. | 70 | 70.000 | 51,00% | 568 | (595) | (143) | (27) | (14) | 235 | - | 221 | |
| Águas de Cláudia S.A. | 350 | 350.000 | 51,00% | 5.332 | (4.771) | (66) | 561 | 286 | 414 | - | 700 | |
| Saneamento Básico de Jangada S.A. | 100 | 100.000 | 51,00% | 875 | (922) | (40) | (47) | (24) | 163 | (15) | 124 | |
| Águas de Nortelândia S.A. | 30 | 30.000 | 51,00% | 2.560 | (1.505) | 423 | 1.055 | 538 | 208 | (14) | 732 | |
| Saneamento Básico de Pedra Preta S.A. | 2.883 | 2.882.664 | 83,85% | 19.303 | (19.406) | (1.753) | (103) | (86) | 601 | (50) | 465 | |
| APA - Águas de Peixoto de Azevedo S.A. | 6 | 6.000 | 51,00% | 23.109 | (23.947) | (1.186) | (838) | (427) | 826 | (41) | 358 | |
| Águas de Primavera S.A. | 10.183 | 10.182.717 | 51,16% | 72.018 | (52.671) | 122 | 19.347 | 9.898 | 10.371 | (265) | 20.004 | |
| Águas de Santa Carmem S.A. | 70 | 70.000 | 51,00% | 927 | (255) | 217 | 672 | 343 | 130 | (7) | 466 | |
| Águas de São José S.A. | 100 | 100.000 | 51,00% | 3.458 | (1.217) | 575 | 2.241 | 1.143 | 588 | (19) | 1.712 | |
| Águas de Sorriso S.A. | 11.433 | 11.432.924 | 76,86% | 127.483 | (101.513) | 1.140 | 25.970 | 19.961 | 18.134 | (104) | 37.991 | |
| Águas de União do Sul S.A. | 70 | 70.000 | 51,00% | 757 | (177) | 120 | 580 | 296 | 70 | (8) | 358 | |
| Águas de Vera S.A. | 70 | 70.000 | 51,00% | 3.687 | (2.714) | 199 | 973 | 496 | 491 | (15) | 972 | |
| | | | | | | | | | | | Valor do investimento em 31 de dezembro de 2017 | 106.829 |
| Águas de Jauru Abastecimento e Distribuição S.A. | 50 | 50.000 | 51,00% | 2.240 | (2.798) | (108) | (558) | (285) | 1 | - | (284) | |
| Águas de Marcelândia S.A. | 160 | 160.000 | 51,00% | 1.625 | (3.741) | (877) | (2.116) | (1.079) | 203 | (22) | (898) | |
| Águas de Poconé S.A. | 100 | 100.000 | 51,00% | 5.589 | (8.941) | (1.378) | (3.352) | (1.710) | 1.029 | (41) | (722) | |
| | | | | | | | | | | | Valor da provisão para perda de investimento em 31 de dezembro de 2017 | (1.904) |

Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2017 e 2016

| | Resultado de Equivalência Patrimonial | | | | | | | Valor do investimento em 31 de dezembro de 2017 |
|--------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|---------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|
| | Valor do investimento em 31 de dezembro de 2016 | Equivalência patrimonial | Reversão de contingências possíveis da combinação de negócios (i) | Atualização das contingências da combinação de negócios (i) | Amortização do valor justo dos ativos adquiridos em combinação de negócios (ii) | Dividendos e Juros sobre o capital próprio | Participação no ajuste de avaliação patrimonial | |
| Água de Barra do Garças Ltda. | 20.522 | 4.807 | 676 | 234 | - | (5.836) | 905 | 21.308 |
| Águas de Campo Verde S.A. | 22.042 | (532) | 180 | 79 | (351) | - | - | 21.418 |
| Águas de Carlinda S.A. | 301 | (73) | - | - | (7) | - | - | 221 |
| Águas de Cláudia S.A. | 746 | (34) | 1 | - | (13) | - | - | 700 |
| Saneamento Básico de Jangada S.A. | 105 | (21) | 31 | 14 | (5) | - | - | 124 |
| Águas de Nortelândia S.A. | 493 | 215 | 19 | 8 | (3) | - | - | 732 |
| Saneamento Básico de Pedra Preta S.A. | 1.881 | (1.469) | 67 | 30 | (44) | - | - | 465 |
| APA - Águas de Peixoto de Azevedo S.A. | 915 | (602) | 51 | 23 | (29) | - | - | 358 |
| Águas de Primavera S.A. | 19.823 | 64 | 346 | 152 | (381) | - | - | 20.004 |
| Águas de Santa Carmem S.A. | 345 | 111 | 10 | 4 | (4) | - | - | 466 |
| Águas de São José S.A. | 1.400 | 293 | 23 | 10 | (14) | - | - | 1.712 |
| Águas de Sorriso S.A. | 37.481 | 877 | 123 | 54 | (544) | - | - | 37.991 |
| Águas de União do Sul S.A. | 283 | 61 | 12 | 5 | (3) | - | - | 358 |
| Águas de Vera S.A. | 858 | 99 | 21 | 9 | (15) | - | - | 972 |
| | 107.195 | 3.796 | 1.560 | 622 | (1.413) | (5.836) | 905 | 106.829 |
| Águas de Jauru Abastecimento e Distribuição S.A. | (228) | (56) | - | - | - | - | - | (284) |
| Águas de Marcelândia S.A. | (482) | (447) | 26 | 12 | (7) | - | - | (898) |
| Águas de Poconé S.A. | (14) | (704) | 47 | 22 | (73) | - | - | (722) |
| | (724) | (1.207) | 73 | 34 | (80) | - | - | (1.904) |
| | 106.471 | 2.589 | 1.633 | 656 | (1.493) | (5.836) | 905 | 104.925 |

| | Valor do investimento em 31 de dezembro de 2015 | Resultado de Equivalência Patrimonial | | | | | Dividendos | Participação no ajuste de avaliação patrimonial | Aumento de capital | Diluição na participação societária | Valor do investimento em 31 de dezembro de 2016 |
|--------------------------------------------------|-------------------------------------------------|---------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------|-------------------------------------------------|--------------------|-------------------------------------|-------------------------------------------------|
| | | Equivalência patrimonial | Reversão de contingências possíveis da combinação de negócios (i) | Atualização das contingências da combinação de negócios (i) | Amortização do valor justo dos ativos adquiridos em combinação de negócios (ii) | | | | | | |
| Água de Barra do Garças Ltda. | 19.489 | 3.219 | 2.169 | (595) | - | (2.400) | (1.360) | - | - | 20.522 | |
| Águas de Campo Verde S.A. | 13.144 | (94) | 817 | (79) | (531) | - | - | 5.124 | 3.661 | 22.042 | |
| Águas de Carlinda S.A. | 335 | (26) | - | - | (9) | - | - | - | - | 301 | |
| Águas de Cláudia S.A. | 764 | (3) | (1) | - | (14) | - | - | - | - | 746 | |
| Saneamento Básico de Jangada S.A. | 65 | (5) | 66 | (14) | (7) | - | - | - | - | 105 | |
| Águas de Nortelândia S.A. | 438 | (17) | 77 | (8) | 3 | - | - | - | - | 493 | |
| Saneamento Básico de Pedra Preta S.A. | 641 | (883) | 270 | (30) | (94) | - | - | 1.933 | 44 | 1.881 | |
| APA - Águas de Peixoto de Azevedo S.A. | 1.044 | (313) | 250 | (23) | (43) | - | - | - | - | 915 | |
| Águas de Primavera S.A. | 17.404 | 1.770 | 1.282 | (152) | (539) | - | - | 33 | 25 | 19.823 | |
| Águas de Santa Carmem S.A. | 234 | 87 | 36 | (4) | (8) | - | - | - | - | 345 | |
| Águas de São José S.A. | 1.024 | 251 | 152 | (10) | (17) | - | - | - | - | 1.400 | |
| Águas de Sorriso S.A. | 20.916 | 4.426 | 1.207 | (54) | (765) | - | - | 6.033 | 5.718 | 37.481 | |
| Águas de União do Sul S.A. | 225 | 35 | 36 | (5) | (8) | - | - | - | - | 283 | |
| Águas de Vera S.A. | 737 | 69 | 82 | (9) | (21) | - | - | - | - | 858 | |
| | 76.459 | 8.517 | 6.443 | (983) | (2.053) | (2.400) | (1.360) | 13.123 | 9.448 | 107.195 | |
| Águas de Jauru Abastecimento e Distribuição S.A. | (170) | (59) | - | - | 1 | - | - | - | - | (228) | |
| Águas de Marcelândia S.A. | 85 | (647) | 104 | (11) | (13) | - | - | - | - | (482) | |
| Águas de Poconé S.A. | 1.047 | (1.226) | 328 | (21) | (142) | - | - | - | - | (14) | |
| | 962 | (1.931) | 432 | (32) | (154) | - | - | - | - | (724) | |
| | 77.421 | 6.585 | 6.875 | (1.015) | (2.207) | (2.400) | (1.360) | 13.123 | 9.448 | 106.471 | |

(i) Refere-se à decadência de casos jurídicos reconhecidas na combinação de negócios e atualização monetária dos saldos remanescentes contabilizados no resultado do exercício.

(ii) Amortização está contabilizada no resultado do exercício da controladora em despesas administrativas e gerais.

c. Aumentos de capital em controladas

(i) Exercício de 2016

Em 29 de janeiro de 2016, a Companhia integralizou capital em sua controlada Águas de Sorriso S.A., em moeda corrente, no valor de R\$ 2.884, alterando a participação societária na controlada de 51,00% para 68,06%. Totalizando o capital social no montante de R\$ 8.284. Em 26 de fevereiro de 2016, a Companhia integralizou capital, em moeda corrente, no valor de R\$ 3.149, alterando a participação societária na controlada de 68,06% para 76,86%, totalizando o capital social no montante de R\$ 11.433.

Em 29 de janeiro de 2016, a Companhia integralizou capital em sua controlada Águas de Primavera S.A., em moeda corrente, no valor de R\$ 33, alterando a participação societária na controlada de 51,00% para 51,16%, totalizando o capital social no montante de R\$ 10.183.

Em 29 de janeiro de 2016, a Companhia integralizou capital em sua controlada Saneamento Básico de Pedra Preta S.A., em moeda corrente, no valor de R\$ 1.933, alterando a participação societária na controlada de 51,00% para 83,85%, totalizando o capital social no montante de R\$ 2.883.

Em 29 de janeiro de 2016, a Companhia integralizou capital em sua controlada Águas de Campo Verde S.A., em moeda corrente, no valor de R\$ 1.781, alterando a participação societária na controlada de 51,00% para 66,44%, totalizando o capital social no montante de R\$ 5.651. Em 26 de fevereiro de 2016, a Companhia capitalizou créditos de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), no valor de R\$ 1.711, alterando a participação societária na controlada de 66,44% para 74,24%, totalizando o capital social no montante de R\$7.361. Na mesma data a Companhia subscreveu R\$ 1.633 de capital social a ser integralizado. Em 31 de agosto de 2016, a Companhia integralizou capital, em moeda corrente, no valor de R\$ 1.632, alterando a participação societária na controlada de 74,24% para 78,92%, totalizando o capital social no montante de R\$ 8.994.

12 Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

a. Composição dos saldos

| Ativo | Vida útil (em anos) | Taxa média anual | 2017 | | | 2016 |
|------------------------------------------------|------------------------|------------------|----------------|-----------------|----------------|----------------|
| | | | Custo | (-) Amortização | Líquido | Líquido |
| Direito de exploração da infraestrutura | | | | | | |
| Outorga / Contrato de concessão | de 16 a 50 | 5,2% | 133.412 | (38.311) | 95.101 | 101.943 |
| Instalações técnicas de saneamento | de 05 a 38 | 6,3% | 146.732 | (27.570) | 119.162 | 108.530 |
| Edificações de estações de tratamento | de 05 a 38 | 6,8% | 53.950 | (5.193) | 48.757 | 29.917 |
| Máquinas e equipamentos | de 03 a 42 | 7,8% | 9.900 | (2.434) | 7.466 | 7.475 |
| Outros componentes | de 03 a 38 | 8,9% | 12.607 | (4.995) | 7.612 | 6.662 |
| | | | 356.601 | (78.503) | 278.098 | 254.527 |
| Intangível em andamento | | | | | | |
| Intangível em andamento | | | 103.682 | - | 103.682 | 103.195 |
| | | | 103.682 | - | 103.682 | 103.195 |
| Software | | | | | | |
| Licença de uso de <i>Software</i> | 03 | 33,6% | 1.021 | (878) | 143 | 436 |
| | | | 1.021 | (878) | 143 | 436 |
| | | | 461.304 | (79.381) | 381.923 | 358.158 |

| Ativo | Vida útil (em anos) | Taxa média anual | 2016 | | 2015 | |
|------------------------------------------------|------------------------|------------------|----------------|-----------------|----------------|----------------|
| | | | Custo | (-) Amortização | Líquido | Líquido |
| Direito de exploração da infraestrutura | | | | | | |
| Outorga / contrato de Concessão | de 16 a 50 | 2,0% | 133.131 | (31.188) | 101.943 | 109.570 |
| Instalações técnicas de saneamento | de 05 a 38 | 6,2% | 127.599 | (19.069) | 108.530 | 104.858 |
| Edificações de estações de tratamento | de 05 a 38 | 6,3% | 32.199 | (2.282) | 29.917 | 13.789 |
| Máquinas e equipamentos | de 03 a 42 | 7,7% | 9.118 | (1.643) | 7.475 | 6.313 |
| Outros componentes | de 03 a 38 | 8,8% | 10.491 | (3.829) | 6.662 | 6.711 |
| | | | 312.538 | (58.011) | 254.527 | 241.241 |
| Intangível em andamento | | | | | | |
| Intangível em andamento | | | 103.195 | - | 103.195 | 39.037 |
| Adiantamento a fornecedores | | | - | - | - | 1.364 |
| | | | 103.195 | - | 103.195 | 40.401 |
| Software | | | | | | |
| Licença de uso de <i>software</i> | 03 | 33,3% | 975 | (539) | 436 | 727 |
| | | | 975 | (539) | 436 | 727 |
| | | | 416.708 | (58.550) | 358.158 | 282.369 |

b. Movimentação do custo

| Ativo | 2016 | | 2017 | | |
|------------------------------------------------|----------------|---------------|-------------|-----------------|----------------|
| | Custo | Adições | Baixas | Transferências | Custo |
| Direito de exploração da infraestrutura | | | | | |
| Outorga / Contrato de concessão | 133.131 | 281 | - | 0 | 133.412 |
| Instalações técnicas de saneamento | 127.599 | - | - | 19.133 | 146.732 |
| Edificações de estações de tratamento | 32.199 | - | (25) | 21.776 | 53.950 |
| Máquinas e equipamentos | 9.118 | 514 | - | 268 | 9.900 |
| Outros componentes | 10.491 | 510 | (2) | 1.608 | 12.607 |
| | 312.538 | 1.305 | (27) | 42.785 | 356.601 |
| Intangível em andamento | | | | | |
| Intangível em andamento | 103.195 | 43.284 | - | (42.797) | 103.682 |
| | 103.195 | 43.284 | - | (42.797) | 103.682 |
| Software | | | | | |
| Licença de uso de <i>software</i> | 975 | 34 | - | 12 | 1.021 |
| | 975 | 34 | - | 12 | 1.021 |
| | 416.708 | 44.623 | (27) | 0 | 461.304 |

| Ativo | 2015 | 2016 | | | Custo |
|------------------------------------------------|----------------|---------------|----------------|-----------------|----------------|
| | Custo | Adições | Baixas | Transferências | |
| Direito de exploração da infraestrutura | | | | | |
| Outorga / contrato de Concessão | 133.131 | - | - | 0 | 133.131 |
| Instalações técnicas de saneamento | 116.296 | 6 | - | 11.297 | 127.599 |
| Edificações de estações de tratamento | 14.510 | - | - | 17.689 | 32.199 |
| Máquinas e equipamentos | 7.295 | 344 | (11) | 1.490 | 9.118 |
| Outros componentes | 9.517 | 442 | - | 532 | 10.491 |
| | 280.749 | 792 | (11) | 31.008 | 312.538 |
| Intangível em andamento | | | | | |
| Intangível em andamento | 39.037 | 95.169 | | (31.011) | 103.195 |
| Adiantamento a fornecedores | 1.364 | - | (1.364) | - | - |
| | 40.401 | 95.169 | (1.364) | (31.011) | 103.195 |
| Software | | | | | |
| Licença de uso de <i>software</i> | 943 | 29 | | 3 | 975 |
| | 943 | 29 | - | 3 | 975 |
| | 322.093 | 95.990 | (1.375) | - | 416.708 |

c. Movimentação da amortização

| Ativo | 2016 | 2017 | | Amortização acumulada |
|------------------------------------------------|-----------------------|-----------------|----------|-----------------------|
| | Amortização acumulada | Adições | Baixas | |
| Direito de exploração da infraestrutura | | | | |
| Outorga / Contrato de concessão | (31.188) | (7.123) | - | (38.311) |
| Instalações técnicas de saneamento | (19.069) | (8.501) | - | (27.570) |
| Edificações de estações de tratamento | (2.282) | (2.915) | 4 | (5.193) |
| Máquinas e equipamentos | (1.643) | (791) | - | (2.434) |
| Outros componentes | (3.829) | (1.166) | - | (4.995) |
| | (58.011) | (20.496) | 4 | (78.503) |
| Software | | | | |
| Licença de uso de <i>software</i> | (539) | (339) | - | (878) |
| | (539) | (339) | - | (878) |
| | (58.550) | (20.835) | 4 | (79.381) |

| Ativo | 2015 | 2016 | | |
|------------------------------------------------|-----------------------|-----------------|------------|-----------------------|
| | Amortização acumulada | Adições | Baixas | Amortização acumulada |
| Direito de exploração da infraestrutura | | | | |
| Outorga / contrato de Concessão | (23.561) | (7.728) | 101 | (31.188) |
| Instalações técnicas de saneamento | (11.438) | (7.631) | - | (19.069) |
| Edificações de estações de tratamento | (721) | (1.561) | - | (2.282) |
| Máquinas e equipamentos | (982) | (661) | - | (1.643) |
| Outros componentes | (2.806) | (1.023) | - | (3.829) |
| | (39.508) | (18.604) | 101 | (58.011) |
| Software | | | | |
| Licença de uso de <i>software</i> | (216) | (323) | - | (539) |
| | (216) | (323) | - | (539) |
| | (39.724) | (18.927) | 101 | (58.550) |

O ativo intangível, registrado na rubrica direito de exploração da infraestrutura, refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear e seu início ocorre na data de aquisição do bem ou na data de término das obras, indo até o término do prazo de concessão ou da vida útil, dos dois o menor.

Os juros sobre empréstimos são capitalizados nos ativos qualificáveis, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram capitalizados R\$ 9.438 a uma taxa média de 12,22% a.a. (R\$ 9.490 e 15,97% a.a. em 31 de dezembro de 2016) e estão sendo considerados dentro das adições do “Intangível em andamento”.

Os ativos intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado caso haja indicativo de perda de valor. A Administração da Companhia e suas controladas não identificaram nenhum fato que justificasse efetuar uma provisão em 31 de dezembro de 2017.

As controladas Águas de Sorriso S.A., Águas de Poconé S.A. e Águas de Barra do Garças Ltda. possuem processos judiciais em andamento os quais são classificados pela administração e seus assessores jurídicos externos como perda possível que podem resultar na perda das respectivas concessões. Os ativos relacionados a tais concessões somam R\$ 147.991 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 129.953 em 31 de dezembro de 2016).

Na hipótese de ser decretada a anulação de alguma das Concessões vinculadas aos processos judiciais acima citados, a Poder Concedente, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, deverá indenizar as parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos, bem como indenizar todos os danos emergentes e os lucros cessantes, eis que a Concessionária assinou o contrato de concessão partindo do pressuposto da sua legitimidade e validade.

13 Fornecedores e empreiteiros

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------------------------------------|--------------|------|-------------|--------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Fornecedores de materiais e serviços | 6 | 70 | 9.298 | 12.733 |
| Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 10) | 4 | 32 | 1.552 | 1.333 |
| | 10 | 102 | 10.850 | 14.066 |

14 Empréstimos e debêntures

| Modalidade | Encargos | Vencimento final dos contratos | Valor contratado | Valor captado | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------|-----------------------|--------------------------------|------------------|---------------|--------------|---------|-------------|---------|
| | | | | | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Debêntures (ponte) | CDI + 2,40% a.a. | agosto/2019 | 150.000 | 150.000 | - | 153.145 | - | 151.339 |
| Debêntures Incentivadas | IPCA + 6,16% a.a. | agosto/2023 a agosto/2024 | 155.000 | 155.000 | 155.908 | - | 154.776 | - |
| Loan | Libor + 3,25% a.a. | dezembro/2026 | 27.814 | 27.814 | - | - | 24.411 | 25.335 |
| | | | | | 155.908 | 153.145 | 179.187 | 176.674 |
| Circulante | | | | | 4.139 | 3.528 | 6.895 | 5.887 |
| Não circulante | | | | | 151.769 | 149.617 | 172.292 | 170.787 |

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida - empréstimos

| | Consolidado | |
|----------------|-------------|--------|
| | 2017 | 2016 |
| 2018 | - | 2.632 |
| 2019 | 2.786 | 2.632 |
| 2020 | 2.786 | 2.632 |
| 2021 | 2.786 | 2.632 |
| 2022 | 2.786 | 2.632 |
| 2023 em diante | 11.142 | 10.524 |
| | 22.286 | 23.684 |

Cronograma de amortização da dívida - debêntures

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------------|---------------------|----------------|--------------------|----------------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| 2019 | - | 150.000 | - | 150.000 |
| 2020 | - | - | - | - |
| 2021 | - | - | - | - |
| 2022 | - | - | - | - |
| 2023 em diante | 155.000 | - | 155.000 | - |
| | <u>155.000</u> | <u>150.000</u> | <u>155.000</u> | <u>150.000</u> |
| | | | | |
| | Controladora | | Consolidado | |
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Custo de captação (não circulante) | (3.231) | (383) | (4.994) | (2.897) |
| Total | <u>151.769</u> | <u>149.617</u> | <u>172.292</u> | <u>170.787</u> |

Movimentação das dívidas

| | Controladora | Consolidado |
|-----------------------------------------------|---------------------|--------------------|
| Saldo de 31 de dezembro de 2016 | 153.145 | 176.674 |
| Captações | 155.000 | 155.000 |
| (-) Pagamentos do principal | (150.000) | (151.403) |
| (-) Pagamentos de juros | (17.218) | (18.455) |
| Provisão de juros | 18.162 | 9.918 |
| Juros capitalizados no intangível | - | 9.438 |
| (-) Custo de captação do exercício | (4.396) | (5.574) |
| Baixa de custo de captação do exercício | 401 | 401 |
| Amortização de custo de captação do exercício | 814 | 2.744 |
| Variação cambial | - | 444 |
| Saldo de 31 de dezembro de 2017 | 155.908 | 179.187 |

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas incorreram em custos de captação no montante de R\$ 5.574 (R\$ 3.558 em 31 de dezembro de 2016). O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2017 totaliza o montante de R\$ 5.647 (R\$ 3.218 em 31 de dezembro de 2016) os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Em 29 de julho de 2016, mediante a 2ª emissão, a Companhia emitiu 150 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantias adicionais real e fidejussória com valor nominal total de R\$ 150.000. Estas debêntures têm vencimento em 01 de agosto de 2019, com amortização de principal em uma única parcela no vencimento. O desembolso desta emissão ocorreu em 05 de setembro de 2016. A Companhia efetuou a liquidação total da 2ª emissão de debêntures em setembro de 2017.

Em 15 de julho de 2017, mediante a 3ª emissão, a Companhia emitiu 155.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia fidejussória com valor nominal total de R\$ 155.000 para fazer frente ao programa de investimentos. Estas debêntures serão pagas em duas parcelas anuais em 15 de agosto de 2023 e 2024. O desembolso desta emissão ocorreu em 31 de agosto de 2017.

Para essas debêntures a interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A. prestou garantia fidejussória.

Em 22 de dezembro de 2014, a controlada Águas de Barra do Garças Ltda. contratou uma linha de crédito com a *Societe de Promotion Et De Participation Pour La Cooperation Economique S.A. (PROPARCO)* no montante de US\$ 8.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2026, carência até 15 de dezembro de 2017 e amortização de principal em 19 parcelas iguais.

A controlada Águas de Barra do Garças Ltda. concedeu garantias relacionadas a tal operação, dentre elas as mais importantes são:

- Garantia fidejussória assumida pela interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A.;
- Penhor de conta corrente onde transitam os recebíveis da controlada Águas de Barra do Garças Ltda.;
- Penhor de 100% das cotas da controlada Águas de Barra do Graças Ltda. detidas pela Aegea Saneamento e Participações S.A.; e
- 19 notas promissórias emitidas pela controlada Águas de Barra do Garças Ltda., cada uma para uma parte de 1/19 do valor correspondentes à 110% do valor de principal em aberto do empréstimo.

Em 17 de junho de 2016, ocorreu o desembolso no valor total de R\$ 27.814 (US\$ 8.000 no valor original), convertido pela taxa R\$ 3,4768.

Com a finalidade de eliminar a exposição cambial, a Águas de Barra do Garças Ltda. contratou junto ao Banco Santander instrumento derivativo de *Cross Currency Swap*, sendo seu custo final de CDI + 2,70% a.a. Esse instrumento derivativo tem o mesmo período e fluxo de caixa do *Loan*, de forma a proteger o instrumento das variações cambiais durante todo o período do financiamento.

A Companhia e suas controladas mantêm em seus empréstimos e debêntures, garantias, restrições e *covenants* usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas referentes aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão integralmente cumpridas pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2017.

15 Outras contas a pagar

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------------------------------------------------|--------------|------|-------------|-------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Direito de outorga a pagar - Aguas de Barra do Garça Ltda. (i) | - | - | 999 | 2.011 |
| Direito de outorga a pagar - Aguas de São José S.A. (i) | - | - | - | 184 |
| Direito de outorga a pagar - Águas de Cláudia S.A. (i) | - | - | 307 | - |
| Direito de outorga a pagar - Aguas de Nortelândia S.A. (i) | - | - | 205 | 252 |
| Direito de outorga a pagar - Saneamento Básico de Pedra Preta S.A. (i) | - | - | 103 | 134 |
| Agencia de regulação (ii) | - | - | 76 | - |
| Provisão para bônus diretoria (nota explicativa nº 10) | 1.557 | - | 2.574 | - |
| Outras contas a pagar | - | - | 1.595 | 1.723 |
| | 1.557 | - | 5.859 | 4.304 |
| | | | | |
| Circulante | - | - | 1.425 | 1.663 |
| Não circulante | 1.557 | - | 4.434 | 2.641 |

- (i) O saldo refere-se a passivos assumidos pelas controladas no momento do ganho da concessão, conforme edital de concorrência.
- (ii) O saldo refere-se a valor a pagar para Agência de regulação do Município discriminados no Contrato de Concessão para fiscalização dos serviços prestados em conformidade com os marcos contratuais.

16 Depósitos judiciais e provisão para contingências

As controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas e tributários e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações e reclamações trabalhistas em que estão envolvidas.

A Administração, com base nas avaliações de seus assessores jurídicos internos e externos das controladas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso e depósitos judiciais como se segue:

| Natureza | Consolidado | | | |
|--------------|---------------|--------------|---------------------|----------|
| | Contingências | | Depósitos judiciais | |
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Cíveis | 805 | 310 | 8 | - |
| Trabalhistas | 721 | 483 | - | - |
| Tributárias | 1.037 | 3.325 | - | - |
| | <u>2.563</u> | <u>4.118</u> | <u>8</u> | <u>-</u> |

Movimentação da provisão para contingências

| Natureza | Consolidado | | | | 2017 |
|-------------|--------------|-------------------------|--------------|------------------------------------------|--------------|
| | 2016 | Adições/ (Reversões) | Pagamentos | Baixa de atualização monetária (i) | |
| Cível | 310 | 724 | (229) | - | 805 |
| Trabalhista | 483 | 339 | (101) | - | 721 |
| Tributária | 3.325 | (1.633) | - | (655) | 1.037 |
| | <u>4.118</u> | <u>(570)</u> | <u>(330)</u> | <u>(655)</u> | <u>2.563</u> |

| Natureza | Consolidado | | | | 2016 |
|-------------|--------------|-------------------------|-------------|------------------------------------------|--------------|
| | 2015 | Adições/ (Reversões) | Pagamentos | Baixa de atualização monetária (i) | |
| Cível | 363 | (41) | (12) | - | 310 |
| Trabalhista | 211 | 272 | - | - | 483 |
| Tributária | 9.183 | (5.356) | - | (502) | 3.325 |
| | <u>9.757</u> | <u>(5.125)</u> | <u>(12)</u> | <u>(502)</u> | <u>4.118</u> |

- (i) Refere-se ao atingimento da decadência de contingências tributárias, reduzindo o valor do principal anteriormente provisionado e consequentemente a redução no valor da provisão de atualização monetária.

Contingências passivas não provisionadas avaliadas como perda possível

As contingências passivas não reconhecidas referentes a processos avaliados pelos seus assessores jurídicos como sendo de risco possível somavam o montante de R\$ 24.496 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.575 em 31 de dezembro de 2016).

Nenhuma provisão foi constituída para estes processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. As principais causas são:

a. Processos cíveis

- A controlada Águas de Sorriso S.A. possui processo movido pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso reivindicando a fórmula ou o índice de tarifa do serviço de água, estabelecido e aprovado entre a concessionária do serviço público de abastecimento de água e esgoto e o município de Sorriso/MT. O valor estimado da contingência em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 20.460 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2016).

Conforme mencionado na nota explicativa nº 12, além dos processos acima, as controladas Águas de Sorriso S.A., Águas de Poconé S.A. e Águas de Barra do Garças Ltda. possuem processos judiciais em andamento associados as respectivas Concessões os quais não é possível estimar o valor envolvido.

b. Processos trabalhistas

- As demais controladas da Companhia possuem processos trabalhistas no valor de R\$ 459 (R\$ 153 em 31 de dezembro de 2016), não existindo processo de valor individual significativo.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social integralizado é de R\$ 60.002 (52.002 em 31 de dezembro de 2016), e está representado por 60.002.000 (52.000.500 em 31 de dezembro de 2016) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os sócios e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

| | 2017 | 2016 |
|---------------------------------------|----------------|----------------|
| Aegea Saneamento e Participações S.A. | 100% | 99,99% |
| Conselheiros | - | 0,01% |
| | <u>100,00%</u> | <u>100,00%</u> |

Em 31 de agosto de 2017, os conselheiros cederam 1 ação correspondente a 0,01% a título gratuito para a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A., passando a deter 100,00% da companhia.

Em 26 de dezembro de 2017, a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A., aumentou o capital no valor de R\$ 8.000, em moeda corrente.

b. Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, conforme orçamento de capital, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO/E - Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

É a porção efetiva da variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentada nesta conta, conforme nota explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros.

18 Receita operacional líquida

| | Consolidado | |
|---------------------------------------------|--------------------|----------------|
| | 2017 | 2016 |
| Receita de prestação de serviços | | |
| Serviços de abastecimento de água | 74.857 | 69.458 |
| Outros serviços indiretos de água | 2.955 | 2.231 |
| Serviços de esgoto | 20.170 | 15.641 |
| Outros serviços indiretos de esgoto | 1.412 | 969 |
| Receitas de construção | 43.284 | 95.169 |
| Total receita bruta | 142.678 | 183.468 |
| Deduções da receita bruta | | |
| (-) Cancelamentos e abatimentos | (1.440) | (1.545) |
| (-) Impostos sobre serviços | (9.060) | (8.023) |
| Total da receita operacional líquida | 132.178 | 173.900 |

19 Custos dos serviços prestados por natureza

| | Consolidado | |
|------------------------------------|--------------------|------------------|
| | 2017 | 2016 |
| Pessoal | (10.714) | (12.173) |
| Conservação e manutenção | (1.719) | (1.601) |
| Serviços de terceiros | (5.984) | (3.811) |
| Materiais, equipamentos e veículos | (1.411) | (1.181) |
| Amortização e depreciação | (19.749) | (18.416) |
| Créditos de PIS e COFINS | 2.008 | 913 |
| Custo da concessão | (491) | (89) |
| Custo de construção | (43.284) | (95.169) |
| Energia elétrica | (11.228) | (10.827) |
| Produtos químicos | (1.366) | (1.191) |
| Locação | (1.253) | (913) |
| Outros | (4.056) | (2.720) |
| | (99.247) | (147.178) |

20 Despesas de vendas, administrativas e gerais por natureza

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------------------------------------|---------------------|----------------|--------------------|----------------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Pessoal | (1.914) | - | (4.892) | (2.127) |
| Conservação e manutenção | (36) | - | (40) | (11) |
| Serviços de terceiros | (845) | (794) | (9.288) | (7.803) |
| Materiais, equipamentos e veículos | (4) | - | (249) | - |
| Amortização e depreciação | (1) | - | (1.103) | (527) |
| Energia elétrica | (55) | (22) | (53) | (27) |
| Reversão (Provisão) para créditos de liquidação duvidosa | - | - | 334 | (1.499) |
| Baixa de títulos do contas a receber | - | - | (779) | (1.883) |
| Seguros | - | (1) | (2) | (3) |
| Viagens e estadias | (5) | (6) | (94) | (56) |
| (Provisão) Reversão de contingências | (55) | - | 570 | 5.125 |
| Impostos, taxas e contribuições | (52) | (223) | (134) | (328) |
| Locação | (310) | (121) | (519) | (273) |
| Outras | (44) | (54) | (170) | (153) |
| | (3.321) | (1.221) | (16.419) | (9.565) |

21 Resultado financeiro

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Receitas | | | | |
| Rendimento de aplicações financeiras | 17.702 | 20.295 | 3.467 | 3.340 |
| Juros e multa recebidos ou auferidos | - | - | 1.984 | 1.331 |
| Variações cambiais ativas | - | - | 3.292 | 3.804 |
| Outras receitas financeiras | 11 | 2 | 98 | 13 |
| Receitas financeiras | 17.713 | 20.297 | 8.841 | 8.488 |
| Despesas | | | | |
| Encargos e variação monetária sobre empréstimos e debêntures | (18.162) | (21.691) | (9.918) | (13.963) |
| Juros sobre atraso em pagamentos | - | (1) | (1.189) | (750) |
| Despesa com IOF | (363) | (238) | (405) | (284) |
| Descontos concedidos | - | - | (378) | - |
| Despesas e comissões bancárias | (61) | (84) | (1.833) | (1.461) |
| Despesas com obrigações de outorga | - | - | (218) | (344) |
| Variações cambiais passivas | - | - | (3.736) | (2.069) |
| Provisão de ajuste a valor presente de clientes | - | - | (457) | (2) |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | - | (1.941) | (3.611) |
| Impostos s/ receita financeira (PIS/COFINS) | (1.036) | (944) | (1.197) | (1.110) |
| Outras despesas financeiras | (814) | (292) | (2.200) | (169) |
| Despesas financeiras | (20.436) | (23.250) | (23.472) | (23.763) |
| Resultado financeiro | (2.723) | (2.953) | (14.631) | (15.275) |

22 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes nas demonstrações do resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, está apresentada como segue:

| | Controladora | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|----------------|
| | 2017 | 2016 |
| Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social | (2.659) | 6.065 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (3.385) | (10.239) |
| Prejuízo contábil ajustado | <u>(6.044)</u> | <u>(4.174)</u> |
| Alíquota fiscal combinada | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada | 2.055 | 1.419 |
| Despesas indedutíveis | (530) | - |
| Juros sobre o capital próprio | (501) | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferido sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecido (i) | (2.105) | (1.552) |
| Imposto de renda e contribuição social: | | |
| Diferido | (1.081) | (133) |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício | <u>(1.081)</u> | <u>(133)</u> |
| Alíquota efetiva | <u>(18%)</u> | <u>(3%)</u> |
| | Consolidado | |
| | 2017 | 2016 |
| Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social | 1.909 | 1.961 |
| Alíquota fiscal combinada | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada | (649) | (667) |
| Despesas indedutíveis | (2.597) | (1.008) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecida em anos anteriores | - | 9.225 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecido (i) | (3.692) | (2.692) |
| PAT e outros incentivos fiscais | 38 | 5 |
| Contingência sobre combinação de negócios | 1.633 | 1.992 |
| Baixa de ativo diferido de anos anteriores | (1.773) | (1.897) |
| Outras diferenças permanentes | 179 | 73 |
| Imposto de renda e contribuição social: | | |
| Corrente | (2.136) | (541) |
| Diferido | (4.725) | 5.572 |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício | <u>(6.861)</u> | <u>5.031</u> |
| Alíquota efetiva | <u>359%</u> | <u>(256%)</u> |

- (i) Ativo fiscal diferido não reconhecido a medida em que não é provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados possam ser utilizados.

| | Controladora | Consolidado |
|---------------------------------------------------------------------|---------------------|--------------------|
| | 2017 | 2017 |
| Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos | | |
| Total do imposto de renda e contribuição social apurados | (1.081) | (6.861) |
| Saldo a pagar de anos anteriores | - | (22) |
| Itens que não afetam o caixa (ver composição a seguir) | 1.081 | 5.626 |
| | <u> </u> | <u> </u> |
| Total do IR/CS pagos conforme demonstração do fluxo de caixa: | <u> </u> | <u> </u> |
| | - | (1.257) |
| Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa: | | |
| Constituição de imposto de renda e contribuição social diferido | 1.081 | 4.725 |
| Compensações referente a saldo negativo IR/CS e retenções na fonte | - | 572 |
| Imposto de renda e contribuição social a pagar | - | 329 |
| | <u> </u> | <u> </u> |
| | <u> </u> | <u> </u> |
| | 1.081 | 5.626 |

b. Composição e movimentação dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis aos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

| | Controladora | | | |
|-------------------------------------------------------------|---------------------|-------------------|---------------------------|-------------------|
| | 2016 | Resultado | 2017 | |
| Custos na captação de debêntures | (213) | (1.081) | (1.294) | |
| Passivo fiscal diferido | (213) | (1.081) | (1.294) | |
| Passivo fiscal diferido líquido | <u> </u> | <u> </u> | <u> </u> | |
| | (213) | (1.081) | (1.294) | |
| | | | | |
| | Consolidado | | | |
| | 2016 | Resultado | Patrimônio Líquido | 2017 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 1.050 | (276) | - | 774 |
| Provisão para participação nos lucros | 414 | (19) | - | 395 |
| Provisão para contingências | 261 | 35 | - | 296 |
| Valor justo dos ativos adquiridos em combinação de negócios | 10.963 | (3.804) | - | 7.159 |
| Ajuste a valor presente de clientes | 13 | 85 | - | 98 |
| Instrumento financeiro derivativo | 701 | - | (466) | 235 |
| Prejuízo fiscal e base negativa e contribuição social | 5.397 | 1.178 | - | 6.575 |
| Passíveis de compensação | <u> </u> | <u> </u> | <u> </u> | <u> </u> |
| Ativo fiscal diferido | <u> </u> | <u> </u> | <u> </u> | <u> </u> |
| | 13.964 | (4.808) | (466) | 8.960 |
| | | | | |
| Valor justo dos ativos adquiridos em combinação de negócios | (26.486) | 1.793 | - | (24.693) |
| Custo de captação de empréstimos e debêntures | (1.095) | (825) | - | (1.920) |
| Juros capitalizados no ativo intangível | (3.784) | (3.049) | - | (6.833) |
| Variação cambial | (592) | 157 | - | (435) |
| Passíveis de compensação | <u> </u> | <u> </u> | <u> </u> | <u> </u> |
| Passivo fiscal diferido líquido | <u> </u> | <u> </u> | <u> </u> | <u> </u> |
| Passivo fiscal diferido líquido | <u> </u> | <u> </u> | <u> </u> | <u> </u> |
| | 4.835 | 2.007 | - | 6.842 |
| | (27.122) | 83 | - | (27.039) |
| | <u> </u> | <u> </u> | <u> </u> | <u> </u> |
| | (13.158) | (4.725) | (466) | (18.349) |

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos seguintes itens:

| | Controladora | |
|-------------------------------------------------------------|---------------------|--------------|
| | 2017 | 2016 |
| Provisão para participação nos lucros | 43 | - |
| Prejuízos acumulados | 5.921 | - |
| | <u>5.964</u> | <u>-</u> |
| | | |
| | Consolidado | |
| | 2017 | 2016 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 236 | 73 |
| Provisão para participação nos lucros | 106 | 18 |
| Provisão para contingências | 222 | 9 |
| Valor justo dos ativos adquiridos em combinação de negócios | 393 | 364 |
| Ajuste a valor presente de clientes | 74 | 2 |
| Prejuízos acumulados | 11.331 | 6.431 |
| | <u>12.362</u> | <u>6.897</u> |

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a estes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia e suas controladas possam utilizar os benefícios destes.

23 Instrumentos financeiros

Visão Geral

A Companhia e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de taxas de câmbio; e
- Risco de taxas de juros.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia e suas controladas, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e suas controladas.

Garantias

A política da Companhia e suas controladas é a de fornecer garantias financeiras apenas para empresas do Grupo.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia e suas controladas.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

| | | Controladora | | | | | |
|---------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------------------------------------|---------------------|----------------------|----------------------|----------------------|---------------------------|
| | | Fluxo financeiro projetado (incluindo juros) | Até 12 meses | 13 a 24 meses | 25 a 36 meses | 37 a 48 meses | 49 meses em diante |
| 2017 | Valor contábil | | | | | | |
| Passivos | | | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 155.908 | 237.220 | 6.654 | 11.049 | 12.813 | 13.985 | 192.719 |
| Fornecedores e empreiteiros | 10 | 10 | 10 | - | - | - | - |
| Contas correntes a pagar para partes relacionadas | 113.110 | 113.110 | 113.110 | - | - | - | - |
| Outras contas a pagar | 1.557 | 1.557 | - | 1.557 | - | - | - |
| | <u>270.585</u> | <u>351.897</u> | <u>119.774</u> | <u>12.606</u> | <u>12.813</u> | <u>13.985</u> | <u>192.719</u> |

| | | Controladora | | | | | |
|---------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------------------------------------|---------------------|----------------------|----------------------|----------------------|---------------------------|
| | | Fluxo financeiro projetado (incluindo juros) | Até 12 meses | 13 a 24 meses | 25 a 36 meses | 37 a 48 meses | 49 meses em diante |
| 2016 | Valor contábil | | | | | | |
| Passivos | | | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 153.145 | 212.866 | 22.664 | 23.002 | 167.200 | - | - |
| Fornecedores e empreiteiros | 102 | 102 | 102 | - | - | - | - |
| Contas correntes a pagar para partes relacionadas | 50.104 | 50.104 | 50.104 | - | - | - | - |
| | <u>203.351</u> | <u>263.072</u> | <u>72.870</u> | <u>23.002</u> | <u>167.200</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |

| Consolidado | | | | | | | |
|---------------------------------------------------|----------------|----------------------------------------------|----------------|---------------|---------------|---------------|--------------------|
| | Valor contábil | Fluxo financeiro projetado (incluindo juros) | Até 12 meses | 13 a 24 meses | 25 a 36 meses | 37 a 48 meses | 49 meses em diante |
| 2017 | | | | | | | |
| Passivos | | | | | | | |
| Fornecedores e empreiteiros | 10.850 | 10.850 | 10.850 | - | - | - | - |
| Empréstimos e debêntures | 179.187 | 266.026 | 10.090 | 14.836 | 16.526 | 17.568 | 207.006 |
| Contas correntes a pagar para partes relacionadas | 131.549 | 131.549 | 131.549 | - | - | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | 2.284 | 20.529 | 4.376 | 3.735 | 3.151 | 2.584 | 6.683 |
| Outras contas a pagar | 4.245 | 4.245 | 296 | 2.574 | - | - | 1.375 |
| | <u>328.115</u> | <u>433.1998</u> | <u>157.161</u> | <u>21.145</u> | <u>19.677</u> | <u>20.152</u> | <u>215.064</u> |

| Consolidado | | | | | | | |
|---------------------------------------------------|----------------|----------------------------------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|--------------------|
| | Valor contábil | Fluxo financeiro projetado (incluindo juros) | Até 12 meses | 13 a 24 meses | 25 a 36 meses | 37 a 48 meses | 49 meses em diante |
| 2016 | | | | | | | |
| Passivos | | | | | | | |
| Fornecedores e empreiteiros | 14.066 | 14.066 | 14.066 | - | - | - | - |
| Empréstimos e debêntures | 176.674 | 246.968 | 25.675 | 26.923 | 171.070 | 3.780 | 19.520 |
| Contas correntes a pagar para partes relacionadas | 86.427 | 86.427 | 86.427 | - | - | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | 4.040 | 24.897 | 6.487 | 4.273 | 3.476 | 2.827 | 7.834 |
| Outras contas a pagar | 2.929 | 2.929 | 1.664 | 948 | 112 | 113 | 92 |
| | <u>284.136</u> | <u>375.287</u> | <u>134.319</u> | <u>32.144</u> | <u>174.658</u> | <u>6.720</u> | <u>27.446</u> |

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos e debêntures.

Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Instrumentos de taxa variável | | | | |
| <i>Ativos financeiros</i> | | | | |
| Aplicações financeiras | 8.122 | 650 | 19.778 | 17.915 |
| Debêntures privadas | 205.752 | 135.557 | - | - |
| | <u>213.874</u> | <u>136.207</u> | <u>19.778</u> | <u>17.915</u> |
| Instrumentos de taxa variável | | | | |
| <i>Passivos financeiros</i> | | | | |
| Empréstimos e debêntures | 155.908 | 153.145 | 179.187 | 176.674 |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | - | 2.284 | 4.040 |
| | <u>155.908</u> | <u>153.145</u> | <u>181.471</u> | <u>180.714</u> |

A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável para as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

| Controladora | | | | Cenários | | | | |
|--------------------------------|------------------|------------------|-------------------------------------------|-------------------|---------------|----------------|----------------|---------------|
| Exposição Patrimonial | Exposição | Risco | Taxa de juros efetiva a.a. em 2017 | I Provável | II 25% | III 50% | IV -25% | V -50% |
| 1- Ativos financeiros | | | | | | | | |
| Aplicações financeiras | 8.122 | Variação do CDI | 6,89% | 560 | 700 | 840 | 420 | 280 |
| Debêntures privadas | 34.621 | Variação do CDI | 6,89% | 2.385 | 2.981 | 3.578 | 1.789 | 1.193 |
| Debêntures privadas | 171.131 | Variação do IPCA | 2,95% | 5.048 | 6.310 | 7.572 | 3.786 | 2.524 |
| 2- Passivos financeiros | | | | | | | | |
| Debêntures | (155.908) | Variação do IPCA | 2,95% | (4.599) | (5.749) | (6.899) | (3.449) | (2.300) |
| 1 + 2 Exposição líquida | 57.966 | | | <u>3.394</u> | <u>4.242</u> | <u>5.091</u> | <u>2.546</u> | <u>1.697</u> |

| Consolidado | | | | Cenários | | | | |
|--------------------------------|------------------|------------------|-------------------------------------------|-------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Exposição Patrimonial | Exposição | Risco | Taxa de juros efetiva a.a. em 2017 | I Provável | II 25% | III 50% | IV -25% | V -50% |
| 1- Ativos financeiros | | | | | | | | |
| Aplicações financeiras | 19.778 | Variação do CDI | 6,89% | 1.363 | 1.704 | 2.045 | 1.022 | 682 |
| 2- Passivos financeiros | | | | | | | | |
| Debêntures | (154.776) | Variação do IPCA | 2,95% | (4.566) | (5.708) | (6.849) | (3.425) | (2.283) |
| 1 + 2 Exposição líquida | (134.998) | | | <u>(3.203)</u> | <u>(4.004)</u> | <u>(4.804)</u> | <u>(2.403)</u> | <u>(1.601)</u> |

Risco de taxas de câmbio

Os riscos de taxas de câmbio decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para contratação de instrumentos financeiros. Para mitigar os riscos de variação cambial, os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas em moeda estrangeira estão cobertos com a contratação de operações de *hedge* através de instrumentos financeiros derivativos do tipo “*swap*”.

O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Companhia e suas controladas, conforme fornecido aos acionistas baseia-se na sua política de gerenciamento de risco conforme abaixo:

| Consolidado | | | | Cenários | | | | |
|------------------------------------|------------|---------|------------------------------|-----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Exposição | Unidade | Taxa de câmbio em 31/12/2017 | I | II | III | IV | V |
| | | | | Provável | 25% | 50% | -25% | -50% |
| Risco Cambial | | | | | | | | |
| 1- Instrumentos derivativos | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | (7.379) | USD | R\$ 3,3080 | (444) | (555) | (666) | (333) | (222) |
| Swap - Ponta ativa (i) | 7.579 | USD | R\$ 3,3080 | (2.284) | (2.855) | (3.426) | (1.713) | (1.142) |
| Exposição líquida | 200 | | | (2.728) | (3.410) | (4.092) | (2.046) | (1.364) |

(i) Essa exposição refere-se ao efeito no resultado e no patrimônio líquido da operação de *hedge*.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia e suas controladas é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os quotistas e o risco para quotistas e credores.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

| | Nota | Controladora | | | Total em 2017 |
|----------------------------------------------------|------|-----------------------------------|--------------------------|--------------------------------|----------------|
| | | Valor justo por meio do resultado | Empréstimos e recebíveis | Passivos pelo custo amortizado | |
| Ativos | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | - | 10 | - | 10 |
| Aplicações financeiras | 6 | 8.122 | - | - | 8.122 |
| Debêntures privadas | 10 | 205.752 | - | - | 205.752 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a receber | 9 | - | 779 | - | 779 |
| Contas correntes a receber de partes relacionadas | 10 | - | 588 | - | 588 |
| Total | | 213.874 | 1.377 | - | 215.251 |
| Passivos | | | | | |
| Fornecedores e empreiteiros | 13 | - | - | 10 | 10 |
| Empréstimos e debêntures | 14 | - | - | 155.908 | 155.908 |
| Contas correntes a pagar para partes relacionadas | 10 | - | - | 113.110 | 113.110 |
| Outras contas a pagar | 15 | - | - | 1.557 | 1.557 |
| Total | | - | - | 270.585 | 270.585 |

| | | Controladora | | | |
|----------------------------------------------------|------|-----------------------------------------|-----------------------------|--------------------------------------|----------------|
| | Nota | Valor justo por meio do resultado | Empréstimos e recebíveis | Passivos pelo custo amortizado | Total em 2016 |
| Ativos | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | - | 4 | - | 4 |
| Aplicações financeiras | 6 | 650 | - | - | 650 |
| Debêntures privadas | 10 | - | 135.557 | - | 135.557 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a receber | 9 | - | 2.400 | - | 2.400 |
| Contas correntes a receber de partes relacionadas | 10 | - | 8.652 | - | 8.652 |
| Total | | <u>650</u> | <u>146.613</u> | <u>-</u> | <u>147.263</u> |
| Passivos | | | | | |
| Fornecedores e empreiteiros | 13 | - | - | 102 | 102 |
| Empréstimos e debêntures | 14 | - | - | 153.145 | 153.145 |
| Contas correntes a pagar para partes relacionadas | 10 | - | - | 50.104 | 50.104 |
| Total | | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>203.351</u> | <u>203.351</u> |

| | | Consolidado | | | |
|---------------------------------------------------|------|--------------------------------------|-----------------------------|-----------------------------------|----------------|
| | Nota | Valor justo por meio do resultado | Empréstimos e recebíveis | Passivos pelo custo amortizado | Total em 2017 |
| Ativos | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | - | - | 1.620 | 1.620 |
| Aplicações financeiras | 6 | 19.778 | - | - | 19.778 |
| Contas a receber clientes | 7 | - | - | 18.943 | 18.943 |
| Contas correntes a receber de partes relacionadas | 10 | - | - | 16.774 | 16.774 |
| Total | | <u>19.778</u> | <u>-</u> | <u>37.337</u> | <u>57.115</u> |
| Passivos | | | | | |
| Fornecedores e empreiteiros | 13 | - | - | 10.850 | 10.850 |
| Empréstimos e debêntures | 14 | - | - | 179.187 | 179.187 |
| Instrumentos financeiro derivativos | | 2.284 | - | - | 2.284 |
| Contas correntes a pagar para partes relacionadas | 10 | - | - | 131.549 | 131.549 |
| Outras contas a pagar | 15 | - | - | 4.245 | 4.245 |
| Total | | <u>2.284</u> | <u>-</u> | <u>325.831</u> | <u>328.115</u> |

| | | Consolidado | | | |
|---------------------------------------------------|------|--------------------------------------|-----------------------------|-----------------------------------|----------------|
| | Nota | Valor justo por meio do resultado | Empréstimos e recebíveis | Passivos pelo custo amortizado | Total em 2016 |
| Ativos | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | - | - | 1.153 | 1.153 |
| Aplicações financeiras | 6 | 17.915 | - | - | 17.915 |
| Contas a receber clientes | 7 | - | - | 12.785 | 12.785 |
| Contas correntes a receber de partes relacionadas | 10 | - | - | 2.824 | 2.824 |
| Total | | <u>17.915</u> | <u>-</u> | <u>16.762</u> | <u>34.677</u> |
| Passivos | | | | | |
| Fornecedores e empreiteiros | 13 | - | - | 14.066 | 14.066 |
| Empréstimos e debêntures | 14 | - | - | 176.674 | 176.674 |
| Contas correntes a pagar para partes relacionadas | 10 | - | - | 86.427 | 86.427 |
| Instrumentos financeiro derivativos | | 4.040 | - | - | 4.040 |
| Outras contas a pagar | 15 | - | - | 2.929 | 2.929 |
| Total | | <u>4.040</u> | <u>-</u> | <u>280.096</u> | <u>284.136</u> |

Instrumentos financeiros derivativos

Os acionistas aprovaram em assembleia, a contratação de contrato de *swap*, com o objetivo de trocar a variação cambial do dólar norte americano por CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia mantém os instrumentos financeiros derivativos de *swap* para a cobertura de risco de taxas, conforme demonstrado:

| Consolidado | | | | | | Passivo | |
|--------------------|-----------------|--------------|----------------|----------------|-------------------|----------------|-------------|
| Derivativo | Nocional | Ativo | Passivo | Mercado | Vencimento | 2017 | 2016 |
| | | USD + | CDI + | | | | |
| | USD | 4,89% | 2,70% | | | | |
| <i>Swap</i> | 7.579 | a.a. | a.a. | CETIP | 15 /dez/ 26 | 2.284 | 4.040 |
| Circulante | | | | | | 1.182 | 361 |
| Não circulante | | | | | | 1.102 | 3.679 |

Hedge Accounting

A Companhia possui como política avaliar a necessidade de adoção de *Hedge Accounting* para as operações utilizadas em sua gestão de riscos financeiros. Sendo assim, com base no CPC 38 a Companhia designou as operações apresentadas abaixo para *hedge accounting* de fluxo de caixa, sendo que os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados para *hedge* de fluxo de caixa, enquanto não realizados estão registrados no patrimônio líquido, e o valor de *accrual* no resultado conforme demonstrado abaixo:

| Consolidado | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|-----------------|---------------------------|
| | Patrimônio Líquido | Variação | Patrimônio Líquido |
| | 2016 | | 2017 |
| Instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa: | | | |
| Riscos de moeda | (2.061) | 3.432 | 1.371 |
| IR/CS diferidos sobre perdas | 701 | (1.167) | (466) |
| Perdas líquidas reconhecidas em outros resultados abrangentes | (1.360) | 2.265 | 905 |
| | Resultado | Variação | Resultado |
| | 2016 | | 2017 |
| Instrumentos financeiros derivativos designados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa: | | | |
| Perdas reconhecidas no resultado do exercício (nota explicativa nº 21) | (3.611) | 1.670 | (1.941) |
| Consolidado | | | |
| | Patrimônio Líquido | Variação | Patrimônio Líquido |
| | 2015 | | 2016 |
| Instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa: | | | |
| Riscos de moeda | - | (2.061) | (2.061) |
| IR/CS diferidos sobre perdas | - | 701 | 701 |
| Perdas líquidas reconhecidas em outros resultados abrangentes | - | (1.360) | (1.360) |
| | Resultado | Variação | Resultado |
| | 2015 | | 2016 |
| Instrumentos financeiros derivativos designados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa: | | | |
| Perdas reconhecidas no resultado do exercício (nota explicativa nº 20) | - | (3.611) | (3.611) |

Valor justo

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

Abaixo está apresentada a análise de sensibilidade sobre a variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia. O cenário I corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário II e IV corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário III e V corresponde a uma alteração de 50% nas taxas, conforme tabela a seguir:

Risco da taxa de juros sobre passivos financeiros derivativos

| Instrumento | Exposição | Risco Variação do CDI | Consolidado | | | | | |
|-------------|-----------|-----------------------------|------------------------------------------|---------------|-----------|------------|------------|-----------|
| | | | Taxa de juros efetiva a.a. 2017 | Cenários | | | | |
| | | | | I Provável | II 25% | III 50% | IV -25% | V -50% |
| Swap | 26.351 | | 6,89% | 1.816 | 2.270 | 2.724 | 1.362 | 908 |

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é demonstrado abaixo:

| Passivos | Controladora | | | |
|------------|----------------|-------------|----------------|-------------|
| | 2017 | | 2016 | |
| | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Debêntures | 159.713 | 159.713 | 153.770 | 206.502 |

| Passivos | Consolidado | | | |
|--------------------------|----------------|-------------|----------------|-------------|
| | 2017 | | 2016 | |
| | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Empréstimos e debêntures | 184.834 | 187.779 | 179.892 | 233.781 |

Os valores justos de empréstimos e debêntures foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e *Bloomberg*) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

- **Nível 3 - Inputs**, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Apuração do valor justo

As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representado o melhor valor justo.

A divulgação do valor justo dos empréstimos e debêntures é classificada no nível 2 de hierarquia de valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia e suas controladas não possuíam nenhuma operação a ser classificada nas datases.

24 Compromissos vinculados a contratos de concessão

As controladas Águas de Barra do Garça Ltda., Águas de União do Sul S.A. e APA - Águas de Peixoto de Azevedo S.A., possuem compromissos mensais referente à taxa de regulação que corresponde de 2% a 3% da arrecadação mensal de acordo com cada município.

A controlada Saneamento Básico de Jangada S.A. possui compromisso referente à taxa de regulação que corresponde a R\$ 50 divididos em 30 parcelas anuais, atualizado pelo IGP-M.

* * *

Contador

Itamar Portela Camargo
Contador - CRC MS 010387/O5S-SP